

Termo de Cooperação Técnica
ICMBIO/UFSCAR
Processo n.º 02154.000053/2011-63

**UFSCAR E ACADEBIO: DIÁLOGOS ACERCA DA GESTÃO EDUCACIONAL E
DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA**

**TEXTO-BASE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO ICMBIO, COM AS
CONTRIBUIÇÕES DA CONSULTA**

Fevereiro 2017

Sumário:

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS	5
LISTA DE SIGLAS	5
APRESENTAÇÃO.....	7
1. MARCO SITUACIONAL.....	10
1.1. A trajetória e o arcabouço legal das Unidades de Conservação.....	11
1.1.1. O contexto internacional e as primeiras Áreas Protegidas	12
1.1.2. O contexto nacional	14
1.1.3. Os desafios ambientais da atualidade e o papel do ICMBio.....	21
1.2. O ICMBio: suas competências, estrutura organizacional e quadro funcional.	25
1.3. Processos educativos no ICMBio.....	33
1.3.1. Educação Ambiental	35
1.3.2. Educação Corporativa.....	37
1.3.3. Espaços educadores.....	41
1.3.3.1. Centro de Formação para a Conservação da Biodiversidade – ACADEBio	42
1.3.3.2. Centros de Nacionais de Pesquisa e Conservação.....	44
1.3.3.3. Unidades de Conservação	45
1.3.3.4. Ambiente Virtual de Aprendizagem	46
1.3.3.5. Portal da Biodiversidade	
2. MARCO REFERENCIAL.....	49
2.1. Princípios que orientam as ações educativas	50
2.2. Marcos legais.....	51
2.3. Aspectos políticos, filosóficos, ambientais e pedagógicos.....	54
2.3.1. Meio ambiente e sociedade	55
2.3.2. Educação e participação	56
2.3.3. De que educação falamos?.....	57
3. MARCO OPERACIONAL.....	62
3.1. O fazer educativo no ICMBio	64

3.2. Educação Corporativa	69
3.2.1. Eventos e cursos organizados via Plano Anual de Capacitação	71
3.2.1.1. Cursos de Formação de Instrutores (CFI)	77
3.2.1.2. Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade	78
3.2.1.3. Curso de Ambientação	78
3.2.1.4. Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental	79
3.2.1.5. Curso de Formação em Fiscalização Ambiental	80
3.2.1.6. Curso de Abordagem, Armamento e Emprego de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo	81
3.2.1.7. Ciclo de Formação em Gestão para Resultados	81
3.2.1.8. Cursos de Geoprocessamento	82
3.2.1.9. Cursos da área de Uso Público.....	82
3.2.1.10. Outros cursos e incentivos à capacitação	83
3.3. Educação Ambiental	82
3.3.1. Projetos Político-Pedagógicos em Unidades de Conservação mediados pela Educação Ambiental (PPPEA)	
3.4. Outras ações educativas associadas a processos finalísticos do ICMBio	86
3.4.1. Realização de ações de capacitação de conselheiros	86
3.4.2. Programa de voluntariado em ações do ICMBio	88
3.4.3. Programa de monitoramento da biodiversidade	89
3.4.4. Pesquisa para gestão da biodiversidade.....	90
3.4.5. Gestão de dados e difusão da informação em biodiversidade	90
3.4.6. Atividades para prevenção e combate de incêndios.....	91
3.4.7. Fortalecimento das cadeias produtivas da produção extrativista e uso sustentável dos recursos naturais	93
4 - DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS AÇÕES FORMATIVAS DO ICMBIO.....	94
5. PLANO DE AÇÕES E MONITORAMENTO DO PPP	97
6. REFERÊNCIAS	100

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

GRÁFICO 1	Situação da Força de Trabalho do ICMBio, outubro de 2014	33
QUADRO 1	Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente/Órgãos seccionais/Órgãos Específicos Singulares	27
QUADRO 2	Localização das Coordenações Regionais do ICMBio	30
QUADRO 3	Centros Especializados em Pesquisa e Conservação do ICMBio	31
QUADRO 4	Mapeamento de ações educativas que ocorrem no âmbito do ICMBio	61
QUADRO 5	Indicadores para monitoramento do PPP	96

LISTA DE SIGLAS

ACADEBio	Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade
ANC	Avaliação de Necessidade de Capacitação
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEA	Centro de Educação Ambiental
CECAT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga
CECAV	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas
CEMAVE	Centro Nacional de Pesquisa para Conservação de Aves Silvestres
CENAP	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros
CEPAM	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica
CEPENE	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste
CEPERG	Centro Nacional de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros

	Estuarinos e Lagunares
CEPNOR	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Norte
CEPSUL	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e do Sul
CEPTA	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
CFI	Curso de Formação de Instrutores
CGATI	Coordenação Geral de Administração e Tecnologia da Informação
CGCAP	Coordenação Geral de Gestão de Pessoas
CGEAM	Coordenação Geral de Educação Ambiental
CGESP	Coordenação Geral de Manejo para Conservação
CGEUP	Coordenação Geral de Uso Público e Negócio
CGGP	Coordenação Geral de Gestão de Pessoas
CGPEQ	Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade
CGPLAN	Coordenação Geral de Planejamento Operacional e Orçamento
CGPRO	Coordenação Geral de Proteção
CGPT	Coordenação Geral de Populações Tradicionais
CGSAM	Coordenação Geral de Gestão Socioambiental
CGTER	Coordenação Geral de Consolidação Territorial
CMA	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
COABIO	Coordenação de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade
COADM	Coordenação de Administração
COAPE	Coordenação de Apoio à Pesquisa
COAPRO	Coordenação de Análise e Prognóstico de Risco à Biodiversidade

COARR	Coordenação de Arrecadação
COCAM	Coordenação de Compensação Ambiental
COCUC	Coordenação de Criação de Unidade de Conservação
COECO	Coordenação de Diagnóstico, Ordenamento da Visitação e Ecoturismo
COEDU	Coordenação de Educação Ambiental
COEM	Coordenação de Emergências Ambientais
COEST	Coordenação de Estruturação da Visitação e do Ecoturismo
COFINC	Coordenação de Finanças e Contabilidade
COFIS	Coordenação de Fiscalização
COGCOT	Coordenação de Gestão de Conflitos Territoriais
COIMP	Coordenação de Avaliação e Impacto Ambientais
COINF	Coordenação de Autorização e Informação Científica em Biodiversidade
COMAD	Coordenação de Matéria Administrativa e Disciplinar
COMAF	Coordenação de Matéria Finalística
COMAG	Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Gestão de Unidade de Conservação
COMAN	Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo
COMOB	Coordenação de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade
COOR	Coordenação de Orçamento
COPAN	Coordenação de Planos de Ação Nacional para Espécies Ameaçadas de Extinção
COPCT	Coordenação de Políticas e Comunidades Tradicionais
COPLAN	Coordenação de Planejamento
COPROD	Coordenação de Produção e Uso Sustentável
COREG	Coordenação de Regularização Fundiária
COSAM	Coordenação de Serviços Ambientais
COTEC	Coordenação de Tecnologia da Informação
CPB	Centro de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros
CPPTA	Curso Pedagogia de Projetos em Temas Ambientais
CR	Coordenação Regional

CV	Centro de Visitantes
DCOL	Divisão de Consolidação de Limites
DCOM	Divisão de Comunicação Social
DGPAP	Divisão de Gestão Participativa
DFUND	Divisão de Matéria Fundiária
DGAD	Divisão de Matéria Administrativa
DIBIO	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade
DIMAN	Diretoria de Criação e Manejo de Unidade de Conservação
DISAT	Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação
DMIF	Divisão de Monitoramento e Informações
DMOC	Divisão de Mosaico e Corredores
DNEF	Divisão de Negócios Florestais
DPRO	Divisão de Operacionalização da Proteção Ambiental
DSAV	Divisão de Serviços de Apoio à Visitação
DTC	Divisão de Apoio Técnico
EaD	Educação a Distância
ENCEA	Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidade de Conservação
GIZ	Agência Alemã de Cooperação Técnica
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INP	Instituto Nacional do Pinho
IUNC	União Internacional para Conservação da Natureza
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização não Governamental
PAC	Plano Anual de Capacitação

PADF	Plano Anual de Outorga Florestal
PDP	Política de Desenvolvimento de Pessoas
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNMT	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
PPA	Programa Plurianual
PPP	Projeto Político-Pedagógico
RAN	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios
REBIO	Reserva Biológica
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEAPE	Serviço de Administração Pessoal
SEATA	Serviço de Apoio Técnico
SEDUC	Serviço de Educação Corporativa
SEGED	Serviço de Gestão de Carreira e Desempenho
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SINIMA	Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDEP	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVE	Superintendência da Borracha
A	
TAMAR	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação das Tartarugas Marinhas
UAAF	Unidade Avançada de Administração e Finanças
UC	Unidade de Conservação
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

APRESENTAÇÃO

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e que sustenta como missão “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”. Sob sua gestão estão os espaços territoriais, as Unidades de Conservação Federais, distribuídos em todos os estados brasileiros, totalizando cerca de 9% do território nacional e 2% do Bioma Marinho Costeiro. Esses espaços abrigam em seu interior, ou em áreas do entorno, uma rica diversidade de populações humanas, *habitats*, ecossistemas, biota e patrimônios naturais, históricos e culturais.

O ICMBio também é responsável pela proteção das espécies ameaçadas e do patrimônio espeleológico, além da pesquisa e da gestão do conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico.

Diante do exposto, é inegável a importância dessa instituição para a preservação, em nosso país, de um direito fundamental que é o acesso a um “meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” para as presentes e as futuras gerações, como preconiza nossa Constituição Federal de 1988. Contudo, a realidade brasileira apresenta um contexto desafiador para a conservação ambiental, ao impor um campo de trabalho onde coexistem diversos interesses, desigualdades sociais, sistemas extrativistas e sistemas de produção de ponta, entre outras muitas assimetrias.

Assim, no exercício das atribuições do ICMBio há diversos processos educativos implementados em busca de uma sociedade mais justa e ecologicamente sustentável, consolidando, dessa maneira, sua missão e seu papel como Instituição de Estado. Embora o ICMBio não seja uma instituição de ensino normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lein.º 9.394/96), a construção de um documento reflexivo, crítico e propositivo, a fim de orientar suas ações pedagógicas, é de fundamental importância para o cumprimento mais qualificado desses processos.

Nesta perspectiva, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do ICMBio coloca em diálogo questões sociais e ambientais a partir de processos educativos. É um documento vivo, que explicita opções pedagógicas, políticas, filosóficas e

metodológicas que orientam as ações educativas do Instituto. Tem como objetivo apresentar os diversos processos educativos presentes no ICMBio e servir de base para planejamentos de reuniões, encontros, cursos, etc. Contribui para o fortalecimento da identidade institucional, consolidando uma cultura organizacional capaz de gerar a conservação da diversidade biológica e social – campos do conhecimento bastante novos – em um Brasil social e culturalmente diverso e economicamente desigual. Agrega, portanto, múltiplos significados:

PROJETO/campos dos sonhos – visão de futuro, indicação de aonde queremos chegar quanto a processos educativos;

POLÍTICO/campo das ações – posicionamento político – mudança de estado, paradigmas nas relações internas, com outras instituições e com a sociedade;

PEDAGÓGICO/ campo da vivência – métodos, técnicas, postura para promover trocas e construções continuadas de conhecimento;

A metodologia utilizada apoiou-se na perspectiva do trabalho colaborativo e dialógico. Para tanto, estabeleceu-se uma parceria entre o ICMBio e a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, *campus* Sorocaba, e constituiu-se um Grupo de Trabalho, chamado de “Núcleo do PPP”. A equipe gestora e pedagógica da ACADEBio e o Núcleo do PPP, juntamente com as docentes da UFSCar, realizaram reuniões, oficinas, discussões e sistematizações de estudos e debates em torno de conceitos e concepções que estão presentes nas práticas educativas do ICMBio. Em vários momentos este grupo contou com a participação de diferentes setores da instituição, de parceiros e colabores externos, dentre eles a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ).

Durante esse período o grupo refletiu sobre a realidade institucional, sistematizou as experiências educativas desenvolvidas no âmbito do ICMBio e concebeu um texto base – este que segue disponibilizado para consulta aos servidores.

A elaboração do PPP englobou as seguintes etapas:

- Conhecer a realidade

- Revisitar a legislação e as teorias da educação
- Criar e registrar o PPP
- Consultar servidores, validar, documentar, acompanhar e avaliar o processo
- Lapidar o documento “final” do PPP
- Publicar o documento

Após estudos e debates, definiu-se uma estrutura textual que integra as diferentes contribuições. O texto aqui apresentado contempla o marco situacional, o marco referencial e o marco operacional, além de reflexões sobre desafios e perspectivas das ações formativas do ICMBio, assim como a apresentação de um plano de monitoramento.

Este PPP se propõe a fortalecer a consolidação e a aprimorar a política de formação do ICMBio, tanto dos servidores, realizada pela Educação Corporativa, como de todos os outros processos educativos que a instituição promove em diálogo com o planejamento estratégico. Oportuniza a reflexão e a reinvenção das ações formativas, em uma ambiência plural com diversas linhas de pensamento que compõem o Instituto e seu universo de atuação, viabilizando as bases para uma agenda estruturante dos processos educativos em diálogo com a produção cultural, técnica e científica nas UC e no ICMBio. Apresenta, portanto, proposições para que a missão institucional se concretize.

Com este documento desejamos publicizar as opções político-pedagógicas do ICMBio e criar espaços de diálogo interno, bem como gerir novas possibilidades de atuação no campo dos processos formativos. Importa destacar que esta versão do Projeto Político-Pedagógico do ICMBio se apresenta como um texto em movimento, que deve ser continuamente revisto, com a intenção de acompanhar o dinamismo que caracteriza a conservação do meio ambiente.

1. MARCO SITUACIONAL

O Marco Situacional é a parte do Projeto Político-Pedagógico que trata do histórico da Instituição, incluindo seu diagnóstico e o cenário político. Este

documento é fruto de um trabalho de pesquisa bibliográfica, documental e de investigação da memória do ICMBio. Aprofundamo-nos sobre o vivido e registramos tanto a trajetória do Instituto como o cenário político em torno das questões ambientais.

Aqui apresentamos o ICMBio e registramos o cenário em que ele foi criado, suas competências e sua estrutura organizacional, bem como os diversos processos educativos que ele promove.

Certamente muito do vivido não pôde ser retratado neste marco, mas procuramos registrar aspectos que consideramos relevantes para a compreensão do contexto em que as práticas educativas do ICMBio se inserem.

1.1. A trajetória e o arcabouço legal das Unidades de Conservação

As áreas protegidas são partes do território sob atenção e cuidado especial, em espaços naturais e seminaturais antropizados, definidos geograficamente, regulamentados e geridos com objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Estima-se que no mundo as áreas naturais especialmente protegidas atualmente cobrem quase 20 milhões de quilômetros quadrados, ou 14,7% do planeta, com exceção da Antártida (UNEP-WCMC; IUCN, 2016). Muitos autores consideram essas áreas como a principal ferramenta de proteção à diversidade biológica, e sua criação e manejo são partes importantes de qualquer política ambiental (DUDLEY et al., 2005).

No Brasil, segundo o Decreto n.º 5.758/2006 (BRASIL, 2006b), que instituiu Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas– PNAP –, os espaços territoriais que correspondem ao conceito de áreas protegidas seriam as unidades de conservação, as terras indígenas e os territórios remanescentes de comunidades quilombolas. Contudo, há também outros espaços com a função legal de proteger recursos naturais e culturais a eles associados, como os hortos florestais, as reservas legais e as áreas de preservação permanente.

A fim de compreendermos o contexto socio-histórico e os marcos político-normativos relacionados à criação de unidades de conservação no Brasil, que são os espaços territoriais sob a gestão do ICMBio, apresentamos uma síntese dos fatos

mais importantes que propiciaram a consolidação de uma política de conservação da biodiversidade em escala mundial e nacional.

1.1.1. O contexto internacional e as primeiras Áreas Protegidas

Historicamente, as justificativas e as motivações em torno da criação de áreas protegidas variaram de acordo com diferentes visões sobre a natureza e sobre a importância da sua proteção. Essas visões, por sua vez, refletem os contextos culturais, sociais, políticos e científicos vigentes em cada situação e época (FRANCO; SCHITTINI, 2010).

Desde as primeiras sociedades humanas há histórico de delimitação de áreas, com vistas à preservação de seus atributos naturais, relacionadas diretamente com a sobrevivência de grupos humanos e também com a preservação de elementos de valor subjetivo, como mitologia e religião (MILLER, 1997).

Somente a partir da revolução industrial, quando ocorreu um avanço significativo da degradação dos recursos naturais, começaram a surgir movimentos mais abrangentes de proteção de áreas naturais com a finalidade de uso público, os quais influenciam correntes de pensamentos na área até os dias de hoje.

No final do século XIX, com a urbanização acelerada e a consolidação do capitalismo norte-americano, movimentos ativistas pela defesa de ambientes naturais nos Estados Unidos estimularam um clima intelectual favorável à criação de áreas protegidas no País e contagiaram os defensores da natureza de muitas outras nacionalidades, tornando-os referência importante até o presente. Nesse período começaram a se fortalecer duas principais correntes de motivações para atribuir valor e importância à natureza: a preservacionista e a conservacionista. A predominância de um ou outro tipo de motivação acabou por embasar estratégias diferentes de proteção à natureza e de arranjos de sistemas de áreas protegidas (MCCORMICK, 1992).

Os preservacionistas eram predominantemente inspirados por valores românticos, pela apreciação estética da natureza, pela sacralidade de paisagens selvagens e pela sua importância cultural e inspiratória. Defendiam a proteção da

natureza pela criação de áreas nas quais não fosse permitido nenhum uso humano diferente da simples visitação temporária.

Os conservacionistas tinham como valores fundamentais o uso direto, mas racional, democrático e eficiente da natureza. Os focos das atenções desse grupo eram o manejo das florestas e o uso múltiplo dos recursos naturais, como pesca, caça, entre outros. No que se refere à criação de áreas especialmente protegidas, propunham a estratégia de defesa das florestas públicas para fins de pesquisa e utilização racional, dentro dos princípios da democratização do acesso, da eficiência no uso dos recursos e da produção do máximo de bem-estar, para o número máximo de pessoas, pelo maior tempo possível (MCCORMICK, 1992).

A criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872, a primeira área com *status* de Parque Nacional do mundo, é o marco mais emblemático das ações modernas de criação de áreas protegidas. Dotada de muitos atributos de valor ecológico e cênico (possui uma das maiores concentrações de gêiseres do planeta), essa região passou a ser proibida, pelas leis americanas, de ser colonizada, ocupada ou vendida. Nesse processo prevaleceu uma tendência que via na interdição do espaço natural a única forma de proteger pedaços da natureza de grande beleza dos efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial (MILLER, 1980 apud DIEGUES, 1993).

Antes do Parque Nacional de Yellowstone, já havia pelo mundo outras iniciativas de espaços protegidos para a conservação da natureza, a exemplo do Arkansas Hot Springs, a primeira Reserva Nacional dos Estados Unidos, criada em 1832. Contudo, a grande ênfase dada à criação de Yellowstone inspirou outros países a importar esse modelo e acriar também parques nacionais com objetivo de “proteger áreas consideradas de grande beleza cênica para o aproveitamento dos seus visitantes” (DIEGUES, 1993; FRANCO, 2000).

A influência dos Parques Nacionais fez com que outros modelos de áreas protegidas, talvez mais adaptáveis às particularidades locais de cada país, ficassem relegados (QUINTÃO, 1983). No Brasil, outros modelos só foram resgatados nas últimas décadas do século XX (BARRETTO FILHO, 2001; PÁDUA, 1987).

1.1.2. O contexto nacional

Assim como em outras partes do mundo, no Brasil houve várias iniciativas de estabelecimento de espaços protegidos para a conservação da natureza. A tradição portuguesa influenciou as primeiras dessas iniciativas, a exemplo das práticas de submissão dos bosques ao controle da Coroa, de intervenção de corte para conservação dos recursos madeireiros e de aclimatação de espécies exóticas trazidas por exploradores e naturalistas de outras partes do mundo (BARRETTO FILHO, 2001). Essas resultariam nas primeiras versões brasileiras de algo semelhante aos hortos e jardins botânicos dotados de passeios públicos (PARANHOS FALEIRO, 2005).

Nos séculos XVIII e XIX, os intelectuais racionalistas – notadamente José de Bonifácio, formado na Universidade de Coimbra – destacaram-se na elaboração de uma crítica à destruição do patrimônio natural brasileiro, não por manifestarem um especial interesse pelo valor estético ou intrínseco da natureza, mas sim pelo seu valor político e instrumental para o progresso (PÁDUA, 1987, 2002). Tratava-se de substituir o modelo de produção baseado no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo. Eles defendiam um modelo de economia baseado no uso previdente e racional dos recursos da natureza, em uma sociedade essencialmente rural, mais moderna, com uso intensivo de insumos e tecnologia.

Destaca-se, nesse período, a iniciativa de reflorestamento e proteção da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, devastada pela extração de lenha usada na produção de açúcar (século XVII) e também pelo plantio de café (século XVIII). O objetivo era garantir a oferta de água ao município e, portanto, foram cercadas as nascentes do rio Carioca, proibidos desmatamentos e plantadas sistematicamente dezenas de milhares de mudas (ICMBIO, 2008).

O ato que ordenou o reflorestamento da floresta da Tijuca já previu sua conservação e, por essa razão, há autores que defendem ter sido essa a primeira área protegida das Américas, antes mesmo da criação de Yellowstone (BARRETTO FILHO, 2001). Contudo, o reconhecimento da área como unidade de conservação só ocorreu em 1961, quando foi oficialmente transformada no Parque Nacional da Tijuca.

A criação do Parque do Yellowstone também influenciou iniciativas de criação de parques no Brasil. Em 1876, o notório engenheiro André Rebouças escreveu um artigo intitulado “Parques Nacionais”, sugerindo a criação de dois parques: na Ilha do Bananal (TO) e em Sete Quedas (PR). A potencialidade do desenvolvimento do turismo, atividade econômica bastante recente, aparecia como motivação principal (FRANCO; SCHITTINI, 2010).

Na virada do século XIX para o século XX, início da República Velha, algumas instituições de pesquisa brasileiras, como o Jardim Botânico, o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Instituto de Manguinhos, todas situadas no Rio de Janeiro, contribuíram para fortalecer, no Brasil, o interesse científico pela natureza e a preocupação com o patrimônio natural. No estado de São Paulo, inicialmente contratados para modernizar a produção agrícola local, técnicos e cientistas – a maioria de origem estrangeira – também influenciaram a criação de reservas biológicas e estações biológicas em território paulista.

Muitas foram as inovações relacionadas com a proteção da natureza no Brasil nos anos 1930-1940. Um grupo preocupado com a questão da proteção da natureza, com mais evidência à época, atraiu a atenção do governo federal na gestão de Getúlio Vargas, com um discurso que atribuía ao patrimônio natural o valor de identidade nacional (FRANCO; DRUMMOND, 2009). O primeiro Código Florestal e o primeiro Código de Águas foram promulgados nesse período, em 1934. O Código Florestal foi especialmente importante para a história das áreas protegidas no Brasil. Instituído pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934 (BRASIL, 1934), ele definiu que as florestas nativas seriam consideradas de interesse comum a todos os habitantes do País e, por isso, sobre elas deveria haver limitações aos direitos de propriedade.

Em 1934 foi promulgada a nova Constituição, que estabelecia como competência da União e dos Estados “proteger as belezas naturais”, além da preocupação com a gestão dos recursos. Com base nessa Constituição, no Código Florestal da época e dentro do contexto de enaltecimento da República em oposição ao Império (CARVALHO, 1981, 1990), foi possível criar os primeiros parques nacionais brasileiros: Itatiaia (1937), Foz do Iguaçu e Serra dos Órgãos, em 1939 (BRITO, 2000).

O movimento em prol das questões ambientais no País ganhou outra grande impulsão na década de 1960, com a publicação do novo Código Florestal, pela Lein.^o 4.771, de 15 de setembro de 1965 (BRASIL, 1965). Nele ficaram estabelecidas delimitações das “áreas de preservação permanente”, tais como as nascentes, as matas nas margens de rios e lagos, as encostas, os topos de morro, as restingas e os mangues, dentre outros. Também foram definidas as “reservas legais”, caracterizadas como uma porcentagem das terras particulares destinadas à manutenção de vegetação nativa.

Para o aprimoramento da gestão dessas políticas públicas, surgiram novos órgãos especializados na gestão ambiental. Em 1967, pela junção de órgãos relacionados ao fomento florestal, como o Instituto Nacional do Pinho (INP) e o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ao qual os Parques Nacionais e as Florestas Nacionais ficaram vinculados. Sua principal agenda era a gestão dos recursos florestais, mas havia um diminuto departamento do órgão com a função de cuidar das unidades de conservação e da vida silvestre.

Em 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente– SEMA –, vinculada ao Ministério do Interior da Presidência da República, dedicada principalmente a cuidar da agenda de poluição ambiental. Contudo, passou a também promover a criação das estações ecológicas, agenda até então exclusiva do IBDF, que receberam grandes investimentos para apoio à pesquisa, inclusive na região norte.

Na década de 1980, ocorreu um aumento da criação de unidades de conservação, em parte pelo esforço da SEMA e também pelo estabelecimento de grandes empreendimentos com financiamentos condicionados à criação de extensas unidades de conservação, como, por exemplo, REBIO Trombetas e REBIO Uatumã, como compensação às hidroelétricas de Tucuruí e Balbina, respectivamente.

Em 1981 intensificou-se o estabelecimento de diretrizes e normas por parte dos órgãos ambientais e ampliou-se a complexidade do debate ambiental. Nesse período foi promulgada a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), pela Lei n.^o 6.938/81 (BRASIL, 1981), um marco orientador das políticas ambientais. Com ela consolidaram-se o Sistema Nacional de Meio Ambiente –SISNAMA –, que identifica atribuições e níveis de atuação dos órgãos nas diferentes esferas governamentais, e

ainda o Licenciamento Federal e o Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental e de Atividades Potencialmente Poluidoras, entre outros.

Na década de 80 ocorreram dois importantes eventos para conservação ambiental brasileira: a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (1989).

A nova Constituição Federal determina, em seu artigo 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Dessa forma, eleva-se ao *status* de norma constitucional a proteção ambiental e, pela primeira vez, torna-se de responsabilidade solidária de toda sociedade.

A Constituição de 1988 também confirmou os direitos dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Esse direito ao território é também estendido aos quilombolas. Anos mais tarde, essas áreas passaram a ser reconhecidas como instrumentos para a conservação da biodiversidade, compondo um sistema abrangente de áreas protegidas proposto pelo Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (BRASIL, 2006b).

A criação do IBAMA foi uma resposta para a necessidade de gestão integrada dos recursos naturais e das áreas protegidas. Esse órgão concentrou as atribuições de quatro outros órgãos, relacionados principalmente ao fomento e à gestão dos recursos naturais: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, Superintendência da Borracha – SUDHEVEA e Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA. O IBAMA, de fato, é o primeiro órgão com uma agenda dedicada prioritariamente à conservação. Com a sua criação, as unidades de conservação e as políticas de fomento e proteção da fauna e da flora reuniram-se em uma única instituição de âmbito federal.

Ainda nas décadas de 80 e 90 ressurgiu como importante debate no contexto mundial a relação entre o homem e a conservação da natureza, com a tendência crescente de associar o conceito de proteção à natureza com a ideia de conservação do meio ambiente humano e com o pleno desenvolvimento. Alguns

autores julgam ser essa uma “mudança paradigmática”, uma outra ética de defesa da natureza, que cria elos entre os meios de vida das populações humanas e a qualidade ambiental (ADAMS; HUTTON, 2007).

No Brasil, essa abordagem, chamada de movimento socioambientalista, surgiu na segunda metade da década de 1980, a partir do fim do regime militar, durante o processo de redemocratização do País e da conseqüente aproximação entre os movimentos sociais (sindicais, de trabalhadores rurais, dentre outros) e ambientalistas. Um dos marcos desse movimento foi a Aliança dos Povos da Floresta, que defendia o modo de vida das populações tradicionais amazônicas, cuja sobrevivência dependia da conservação das florestas.

Esse movimento influenciou decididamente a história mais recente das áreas protegidas no Brasil (FRANCO; SCHITTINI, 2010). As lutas de Chico Mendes, seringueiro e líder sindical, e do Conselho Nacional dos Seringueiros mobilizaram movimentos indígenas, seringueiros, castanheiros e outros setores da população rural excluída, e movimentos ambientalistas para a criação das reservas extrativistas, uma categoria de área protegida, concebida inicialmente para contemplar as peculiaridades da Amazônia (SANTILLI, 2005).

O entendimento de que a eficácia das áreas protegidas para a conservação da natureza depende do apoio das populações tradicionais e do reconhecimento de seus direitos ganhou força internacional no Quarto Congresso Mundial de Parques da IUCN, realizado em Caracas em 1992 (BRITO, 2000). Recomendou-se a rejeição da estratégia de reassentamento das populações tradicionais em outras áreas e foram ratificados os direitos dos povos indígenas sobre as suas terras, sempre que houvesse sobreposição com áreas protegidas. Contudo, esse posicionamento trazia o desafio, pouco considerado na época, de definir quais populações seriam e quais não seriam consideradas tradicionais, e qual impacto elas têm sobre a biodiversidade.

A Conferência de Caracas reforçou também a necessidade de ampliar as áreas naturais protegidas e convocou os países a estabelecerem, para a criação e a gestão dessas áreas, planos de ação contendo objetivos quantificáveis, cronogramas e orçamentos claros (BRITO, 2000). Essas propostas foram apresentadas e discutidas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento,

ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como Rio-92 ou ECO-92 e como uma reedição da Conferência de Estocolmo, de 1972.

Na Rio-92 procurou-se dar destaque às propostas de um novo modelo de desenvolvimento econômico, sobretudo para os países em desenvolvimento. Fortaleceu-se a expressão “desenvolvimento sustentável”, até então pouco utilizada no mundo, e discutiu-se como reverter o atual processo de degradação ambiental, alterações climáticas, entre outros. Também foram elaboradas importantes convenções internacionais que afetaram a legislação e a gestão da biodiversidade e mesmo a inovação tecnológica no Brasil, como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Agenda 21, a Convenção sobre Mudanças do Clima – todas ratificadas pelo Congresso Nacional, tornaram-se compromissos de Estado. Igualmente importante foi a criação do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), para financiar medidas de proteção ao meio ambiente global e promover políticas de desenvolvimento sustentável.

Diante das demandas nacionais e internacionais relativas à conservação socioambiental, em 2000 foi criado, pela Lei n.º 9.985/00 (BRASIL, 2000), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC –, após uma década de extenso debate no Congresso Nacional. Essa lei dispõe um conjunto de diretrizes e procedimentos que possibilita às esferas governamentais (federal, estadual e municipal) e à iniciativa privada, a criação, a implantação e a gestão de Unidades de Conservação – UC de forma integrada, assegurando que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, *habitats* e ecossistemas estejam adequadamente representadas em todo o território nacional. O SNUC também estabelece um conjunto de diferentes categorias coexistentes, decorrentes da história das diversas instituições e da incorporação de novas demandas e entendimentos sobre o papel das áreas protegidas. O sistema é composto por 12 categorias, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos. Dividem-se em dois grupos, com características específicas.

O primeiro grupo, denominado Unidades de Proteção Integral, tem como objetivo básico preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Fazem parte de tal grupo as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios da Vida Silvestre.

O segundo grupo, chamado de Unidades de Uso Sustentável, apresenta como objetivo primordial compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. São elas: as Áreas de Proteção Ambiental; as Áreas de Relevante Interesse Ecológico; as Florestas Nacionais; as Reservas Extrativistas; as Reservas de Fauna; as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

O SNUC abriga, portanto, os objetivos de preservação e uso sustentável, permitindo aos tomadores de decisão que definam a categoria de Unidades de Conservação de acordo com suas características.

Importante também foi a publicação, em 2006, do Decreto^o 5.758, que instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP –, que adotou uma concepção abrangente de áreas protegidas, enfocando prioritariamente as categorias de Unidade de Conservação estabelecidas pelo SNUC, as terras indígenas e quilombolas. O PNAP é um marco inicial que aponta um caminho de articulação de diferentes políticas de gestão de territórios que, certamente, culminará em uma política capaz de articular todas essas categorias em um só sistema.

No início dos anos 2000 foram criadas novas autarquias vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente, transferindo competências que antes estavam sob a gestão do IBAMA: a Agência Nacional da Água– ANA – em 2000, que ficou responsável por gerir a política de recursos hídricos; o Serviço Florestal Brasileiro em 2006, ficando com a agenda de desenvolvimento e concessões florestal; e, por fim, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Lein.^o 11.516) em 2007 (BRASIL, 2007).

A criação do ICMBio teve como objetivo dar foco à gestão das Unidades de Conservação Federais e à proteção das espécies ameaçadas e do patrimônio espeleológico, além da pesquisa e gestão do conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico. O IBAMA continuou, principalmente, com a gestão de ações com foco na agenda de fiscalização e licenciamento em âmbito federal, controle de qualidade ambiental, monitoramento e educação ambiental.

A missão do ICMBio de “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental” impulsiona ações para conciliar conservação dos recursos naturais com seu uso racional, desenvolvimento socioeconômico e bem-estar social. O nome do Instituto foi uma homenagem ao seringueiro, sindicalista e

ativista ambiental acreano Chico Mendes, assassinado em 1988 e reconhecido internacionalmente pela sua luta em defesa dos povos tradicionais e da preservação do meio ambiente.

1.1.3. Os desafios ambientais da atualidade e o papel do ICMBio

Os desafios para a conservação ambiental na atualidade são muitos, e em várias escalas, refletindo diretamente no cumprimento da missão do ICMBio. No nível internacional, a agenda ambiental global, que teve muitos avanços desencadeados pela conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, iniciando em Estocolmo (1972) e tendo como ponto culminante a Rio – 92, hoje se encontra fragilizada e ameaçada em vários aspectos. As conferências subsequentes, Rio+10 e Rio+20 (em Johannesburgo em 2002 e no Rio de Janeiro em 2012, respectivamente), foram marcadas pela cisão entre discursos e compromissos concretos por parte dos governos, tendo havido, inclusive, retrocessos em princípios estruturantes estabelecidos na Rio-92 (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

Em decorrência da frustração com os resultados concretos dessas conferências, somado ao cenário de recessão econômica global, tem havido um crescente descrédito por parte da sociedade civil, dos meios de comunicação e da comunidade científica quanto ao antigo sonho de um modelo de desenvolvimento humano sustentável (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012). Hoje, o conceito de desenvolvimento sustentável já tem sido comumente utilizado de maneira desprovida de qualquer significado social de transformação e incorporado a lógicas do velho paradigma econômico-ambiental-social.

É notório que nos últimos anos o sistema de proteção do ambiente vem sendo enfraquecido, no Brasil e no mundo. Em relação à estratégia de conservação por meio da manutenção de áreas protegidas, podemos destacar uma tendência conhecida como “efeito PADDD” – em inglês, *Protected area downgrading, downsizing, and degazettement* (MASCIA; PAILLER, 2011) –, um padrão que vem sendo detectado em várias regiões do mundo – de diminuição no nível de proteção de áreas protegidas, redução de tamanho ou extinção total do *status* de território legalmente protegido. Essa tendência foi observada, inclusive, na África, na Ásia, na

América Latina e no Caribe que, juntos, mantêm a maior parte das áreas prioritárias para conservação (MASCIA et al., 2014).

No Brasil, que tem o maior sistema de áreas protegidas no mundo, também se observou a tendência PADDD (BERNARD; PENNA; ARAÚJO, 2014). Um estudo realizado em 2014 revelou que, nas últimas três décadas, 93 alterações em Áreas Protegidas fizeram com que elas perdessem um total de 5,2 milhões de hectares. A criação de Infraestrutura de geração e transmissão de energia na Amazônia foi apontada como a principal causa para o efeito PADDD no Brasil (BERNARD; PENNA; ARAÚJO, 2014).

Nos últimos anos houve um aumento considerável de projetos de grandes obras de infraestrutura no País, como hidrelétricas, linhas de transmissão, rodovias e ferrovias, portos, minerações e empreendimentos de gás e petróleo, entre outros, que influem direta ou indiretamente no sistema de Áreas Protegidas.

As causas do PADDD no mundo têm sido variadas: em alguns casos, esse efeito se deve à necessidade de ajustar as fronteiras de uma área protegida por uma decisão técnica de gestão ambiental; beneficiar a vida selvagem; reparar injustiças sociais anteriores; ou atender a relevantes necessidades locais. Mas a maioria dos eventos de rebaixamento tem ocorrido devido à pressão de forças de mercado e à extração de recursos em escala industrial.

É fato que a demarcação de áreas protegidas acaba por implicar em limitações de direitos individuais, como restrições ao direito de propriedade, em benefício do interesse da coletividade. E, assim, a delimitação de espaços territorialmente protegidos conflita com interesses de grandes setores que têm seu negócio baseado nos usos da terra e dos recursos naturais, como alguns do agronegócio, da mineração, da indústria, do setor elétrico e imobiliário, entre outros. Esses grupos têm poder econômico e político, atuam com *lobbies* junto a governos e legisladores e têm pressionado para a flexibilização de marcos legais importantes para a proteção do meio ambiente.

No Brasil, destacamos as alterações realizadas no Código Florestal Brasileiro em 2012, pela Lein.º 12.651 (BRASIL, 2012), conhecida como “novo Código Florestal”, que afetaram significativamente vários níveis de proteção da vegetação nativa que constavam na legislação anterior.

Atualmente, encontram-se em tramitação no Congresso Nacional outras propostas que têm potencial de impactar negativamente a conservação socioambiental e da biodiversidade. Um exemplo é a PEC 215/2000, que tira do Executivo e passa para o Congresso a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas, a titulação de territórios quilombolas e a criação de unidades de conservação federais. Essa medida, se aprovada, possivelmente dificultará a criação de novas áreas protegidas, considerando a disputa de interesses territoriais que existem e os grupos que estão representados nas bancadas do Congresso.

Outra medida é a PEC 65/2012, que flexibiliza critérios de aprovação de licenças e autorizações para instalação de empreendimentos potencialmente impactantes. E também impossibilita a suspensão ou o cancelamento da licença após sua concessão, até mesmo por decisão judicial de natureza cautelar ou liminar, por riscos ao meio ambiente, às populações e comunidades tradicionais.

Há ainda o Projeto de Decreto Legislativo (PDC 1491/2014), que susta a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), instrumentos que garantem a participação e o controle social sobre as políticas públicas.

As justificativas para as alterações na legislação fundam-se na necessidade de desenvolvimento econômico, porém constata-se que a sociedade contemporânea ainda reproduz o velho e pernicioso paradigma de crescimento econômico a qualquer custo, inclusive às custas da degradação ambiental, social e cultural. Isso pode ser também observado no desequilíbrio entre os altos investimentos alocados em infraestrutura, sem a contrapartida proporcional em investimentos ambientais.

As disputas em torno de interesses pelo uso e acesso aos recursos ambientais têm acarretado em um cenário social tenso, permeado de conflitos, principalmente no campo. Há denúncias de muitos casos de violência contra lideranças e grupos que lutam pelo uso sustentável da terra e contra aqueles que denunciam crimes, como grilagem de terras, trabalho escravo, extração ilegal de madeira, desmatamentos e outros crimes socioambientais. Representantes de movimentos ambientalistas, sociais e religiosos, de comunidades tradicionais, de populações indígenas e agentes públicos têm sido alvo dessa violência. Isso inclui também servidores do ICMBio, que, nas grandes cidades e nos confins deste país, também sofrem ameaças e investidas concretas de violência no cumprimento de sua função.

Por fim, podemos citar outros desafios, não menos relevantes, como a crise hídrica e os impactos de mudanças climáticas, de vital importância para a sobrevivência da humanidade.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, artigo 225)

Ainda é um sonho a ser alcançado, e o ICMBio, por meio de suas atribuições, tem papel fundamental nessa construção.

Nesse cenário, a educação configura-se como um recurso imprescindível, não só para o aperfeiçoamento técnico e administrativo do corpo funcional do ICMBio, mas para a conscientização desse corpo quanto à grandeza do propósito da missão do Instituto e o papel de cada um ao assumir o lugar de servidor público. A educação é o instrumento que pode contribuir para a reflexão crítica dos contextos em que esses servidores estão inseridos e balizar sua atuação. O ICMBio tem o desafio de envolver a sociedade, chamando a atenção para a relevância do sistema de Unidades de Conservação e para o fato de que elas correm riscos e precisam de apoio público e político para sobreviver e cumprir sua função. E é por meio de processos educativos que se pode promover a participação social na gestão ambiental, buscando o fortalecimento da justiça ambiental e o empoderamento da coletividade quanto ao seu dever de defender e preservar o meio ambiente para presentes e futuras gerações.

1.2. O ICMBio: suas competências, estrutura organizacional e quadro funcional

O Instituto Chico Mendes tem sua estrutura e atribuições estabelecidas pelo Decreto nº 7.515/2011 (BRASIL, 2011). São finalidades do ICMBio:

I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e de apoio ao extrativismo e às populações tradicionais, nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e

V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas.

O Instituto Chico Mendes, com sede em Brasília, Distrito Federal, possui uma estrutura organizacional que se faz presente em todas as unidades da federação e está composta por: I- Órgãos Colegiados; II- Órgãos de Assistência Direta ao Presidente; III- Órgãos Seccionais; IV- Órgãos Específicos Singulares; e V- Unidades Descentralizadas, apresentados resumidamente nos quadros 1, 2 e 3.

Quadro 1 – Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente/Órgãos seccionais/Órgãos Específicos Singulares

Órgãos de Assistência Direta, Seccionais e Específicos Singulares	Macroprocessos	Processos
I- Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:		
Gabinete - GABIN	Divisão de Comunicação Social - DCOM	

	Serviço de Apoio Técnico e Administrativo – SEATA	
II- Órgãos seccionais:		
Procuradoria Federal Especializada PFE	Coordenação de Matéria Finalística – COMAF	Divisão de Matéria Fundiária – DFUND
	Coordenação de Matéria Administrativa e Disciplinar – COMAD	Divisão de Matéria Administrativa – DGAD
Auditoria – AUDIT		
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística – DIPLAN	Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – CGGP	Serviço de Administração de Pessoal – SEAPE
		Serviço de Educação Corporativa – SEDUC
		Serviço de Gestão de Carreira e Desempenho – SEGED
	Coordenação Geral de Administração e Tecnologia da Informação – CGATI	Coordenação de Administração e Logística – COADM
		Coordenação de Tecnologia da Informação – COTEC
	Coordenação Geral de Planejamento Operacional e Orçamento – CGPLAN	Coordenação de Orçamento – COOR
		Coordenação de Planejamento – COPLAN
	Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação – CGFIN	Coordenação de Finanças e Contabilidade – COFINC
		Coordenação de Compensação Ambiental – COCAM
		Coordenação de Arrecadação – COARR

III- Órgãos Específicos Singulares:		
Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – DIMAN	Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação – CGCAP	Coordenação de Criação de Unidade de Conservação – COCUC
		Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo – COMAN
		Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Gestão de Unidades de Conservação – COMAG
		Divisão de Mosaico e Corredores – DMOC
	Coordenação Geral de Uso Público e Negócios – CGEUP	Coordenação de Diagnóstico, Ordenamento da Visitação e Ecoturismo – COECO
		Coordenação de Estruturação da Visitação e Ecoturismo – COEST
		Coordenação de Serviços Ambientais – COSAM
		Divisão de Negócios Florestais – DNEF
		Divisão de Serviço de Apoio à Visitação – DSAV
	Coordenação Geral de Proteção – CGPRO	Coordenação de Emergências Ambientais – COEM
		Coordenação de Fiscalização – COFIS
		Divisão de Operacionalização da Proteção Ambiental – DPRO

		Divisão de Monitoramento e Informações – DMIF
Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação – DISAT	Coordenação Geral de Gestão Socioambiental – CGSAM	Coordenação de Gestão de Conflitos Territoriais – COGCOT
		Coordenação de Educação Ambiental – COEDU
		Divisão de Gestão Participativa – DGPAR
	Coordenação Geral de Populações Tradicionais – CGPT	Coordenação de Produção e Uso Sustentável – COPROD
		Coordenação de Políticas e Comunidades Tradicionais – COPCT
	Coordenação Geral de Consolidação Territorial – CGTER	Coordenação de Regularização Fundiária – COREG
	Divisão de Consolidação de Limites – DCOL	
Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade –	Coordenação de Avaliação de Impactos Ambientais – COIMP	Divisão de Apoio Técnico – DTEC
	Coordenação Geral de Manejo para a Conservação – CGESP	Coordenação de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade – COABIO
		Coordenação de Análise e Prognóstico de Risco à Biodiversidade – COAPRO
		Coordenação de Planos de Ação Nacional para Espécies Ameaçadas de Extinção – COPAN

DIBIO	Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade – CGPEQ	Coordenação de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade – COMOB
		Coordenação de Autorização e Informação Científica em Biodiversidade – COINF
		Coordenação de Apoio à Pesquisa – COAPE

Quadro revisado a partir das informações contidas no Decreto n.º 7515, de julho 2011 (BRASIL, 2011), na Portaria 139, de 03 de janeiro de 2013 (ICMBIO, 2013a), e no organograma do ICMBio. Fonte: *site* do ICMBio.

Entre as unidades descentralizadas, estão as Unidades de Conservação Federais, além de 11 Coordenações Regionais – CR –, 14 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, um Centro Nacional de Formação em Conservação da Biodiversidade – ACADEBio – e 6 Unidades Avançadas de Administração e Finanças – UAAF (conforme especifica o Decreto n.º 7.515, de 08 de junho de 2011).

As 326 Unidades de Conservação geridas pelo Instituto ocupam cerca de 78 milhões de hectares, que equivalem a quase 9% do território nacional e 1,4% do Bioma Marinho Costeiro (considerando a Zona Econômica Exclusiva – ZEE, 200 milhas náuticas da costa brasileira), além de 634 RPPN legalmente reconhecidas pelo Instituto. (Fonte: CNUC/MMA, www.mma.gov.br/cadastro_uc, atualizado em: 09 ago. 2016).

As Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPN – são categorias de Unidade de Conservação previstas pelo SNCUC, mas geridas pela iniciativa privada. Elas representam o engajamento da sociedade, de forma voluntária, na implementação do SNUC e, por conseguinte, na conservação da biodiversidade brasileira. Contudo, o ICMBio cumpre seu papel institucional no apoio à criação e à gestão das RPPN. Nos últimos anos o Instituto vem disponibilizando instrumentos de apoio, visando fortalecer cada vez mais essa categoria de manejo, como é o caso do

Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para RPPN, o Roteiro para Criação de RPPN e o Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN (SIMRPPN).

As Coordenações Regionais têm como objetivo dar apoio operacional à gestão das UC, conduzir a integração entre as UC e facilitar o diálogo com as coordenações dos processos na administração central, além de pactuar, monitorar e avaliar seus desempenhos. São incorporados à competência específica das Coordenações Regionais a promoção e o apoio às ações e aos planos estabelecidos pela direção do Instituto, bem como a execução de suas normativas. As CR instituídas pela Portaria n.º 07, de 19 de fevereiro de 2009, estão indicadas na Tabela 1:

Tabela 1 - Localização das Coordenações Regionais do ICMBio

CR	Cidade	Estado
1	Porto Velho	RO
2	Manaus	AM
3	Santarém	PA
4	Belém	PA
5	Parnaíba	PI
6	Cabedelo	PB
7	Porto Seguro	BA
8	Rio de Janeiro	RJ
9	Florianópolis	SC
10	Cuiabá	MT
11	Lagoa Santa	MG

Os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação se constituem em unidades descentralizadas do ICMBio, às quais compete produzir, junto com as Unidades de Conservação federais, o conhecimento necessário à conservação da biodiversidade, do patrimônio espeleológico e da sociobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais, por meio da pesquisa científica, do ordenamento e da análise técnica de dados. Aos Centros compete, ainda, a execução das ações de manejo para a conservação e a recuperação das espécies constantes das listas oficiais nacionais de espécies ameaçadas. Os centros possuem *expertise* técnico-

científica em biomas, ecossistemas, grupos taxonômicos, manejo sustentado dos recursos naturais e sociobiodiversidade.

A maior parte desses Centros tem sua origem ainda no IBAMA e desde lá passaram por muitas reestruturações, como, por exemplo, ampliações e extinções de bases locais e mudanças no foco de sua missão e objetivos. Alguns dos marcos legais que definem a estrutura atual são a Portaria n.º 78, de 3 de setembro de 2009 (ICMBIO, 2009), e o Decreto n.º 8.099, de 4 de setembro de 2013 (BRASIL, 2013b).

Tabela 2 - Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio

SIGLA	NOME	SEDE
CECAV	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas	Brasília/DF
CEMAVE	Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação de Aves Silvestres	Cabedelo/PB
CENAP	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros	Atibaia/SP
CEPAM	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica	Manaus/AM
CEPTA	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental	Pirassununga/SP
CMA	Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos	Litoral/SP
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais	São Luís/MA
CECAT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e da Caatinga	Brasília/DF
CPB	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros	João Pessoa/PB
RAN	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios	Goiânia/GO
TAMAR	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação	Vitória/ES

	de Tartarugas Marinhas	
CEPENOR	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Norte	Belém/PA
CEPENE	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste	Recife/PE
CEPESUL	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sul	Itajaí/SC

Alguns centros possuem, além de suas sedes, outras estruturas, como bases avançadas, a exemplo do CECAV, CNPT, CEPENE, CMA, TAMAR, CEPESUL e CEMAVE (ICMBIO, 2015). Todo o organograma do Instituto Chico Mendes pode ainda ser acessado pelo endereço:

(<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Organograma%20Estrutura%20ICMBio%20-%20atualizadoFEV2015.pdf>)

O quadro funcional do ICMBio é resultante das políticas de gestão de pessoas, implementadas desde a criação do primeiro órgão ambiental federal em 1973, a SEMA, até a criação do IBAMA (1989), quando houve a junção dessa primeira Secretaria com outros três órgãos.

No ano de 2002 foi criada a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, por meio da Lei n.º 10.410, e realizado o enquadramento de parte dos servidores ativos do IBAMA em cargos de Analista e Técnico, da área Ambiental ou Administrativa. Nesse mesmo ano foi realizado o primeiro concurso público do IBAMA, possibilitando o ingresso de 610 novos analistas ambientais de diversas áreas do conhecimento, que passaram a integrar o quadro funcional existente. Em 2005 houve novo concurso, com oferta de mais 610 vagas.

O ICMBio, quando foi criado, recebeu servidores redistribuídos do IBAMA e posteriormente ampliou seu quadro por meio da realização de concursos nos anos de 2008 e 2014. Atualmente, conta com um quadro de pessoal – aqui revelado na Tabela 3 – que abarca aproximadamente: 1805 servidores permanentes da Carreira de Especialista em Meio Ambiente; 1170 temporários (brigadistas e outros); 1913 terceirizados (vigilância, apoio administrativo, serviços gerais e outros), além de comissionados, requisitados, cedidos, anistiados, estagiários e voluntários,

chegando a 5223 o total geral de pessoas a serviço do ICMBio. Desses, 35% são efetivos; 37%, terceirizados; e 22%, temporários.

Tabela 3 - Situação do Quadro de Pessoal do ICMBio

CARREIRAS/ OUTROS VÍNCULOS	QUANTITATIVO
Analista Ambiental	1058
Técnico Ambiental	208
Analista Administrativo	60
Técnico Administrativo	426
Auxiliar Administrativo	53
Subtotal do quadro Carreira de Especialista do Meio Ambiente	1805
Cargos Comissionados	48
Contratos Temporários	288
Exercícios Descentralizados	23
Requisitados	27
Cedidos	25
Anistiados	75
Terceirizados	1913
Estagiários	137
Brigadistas	882
Subtotal de Outros Vínculos	3418
TOTAL	5223

Fonte: CGGP e COTEC (jul. 2016)

1.3. Processos educativos no ICMBio

Reconhecemos que o fazer educativo que acontece no ICMBio tem reflexo nos processos iniciados pelas instituições que antecederam sua criação, no campo de ações voltadas tanto para o quadro de servidores como para os diferentes agentes públicos e atores sociais que se relacionam com as Unidades de Conservação.

O IBAMA fez um grande investimento na criação de uma política de formação em diferentes áreas de atuação: da educação ambiental à fiscalização. Essa política formativa estimulava a compreensão crítica dos servidores a respeito da questão

ambiental. Investiu também em processos formativos que tinham como público outros setores e atores sociais, buscando intensificar a participação social na gestão ambiental.

Com a criação do ICMBio, essa política de formação se fortaleceu e se consolidou, culminando com a elaboração do seu Projeto Político-Pedagógico. Dentre as diversas experiências educativas, ressaltamos duas dimensões alinhadas ao desenvolvimento das competências institucionais que vêm sendo fortalecidas na Instituição: a Educação Ambiental e a Educação Corporativa. Embora cada uma possua sua especificidade, resguardando características próprias, elas se inter-relacionam e se complementam.

A Educação Ambiental – EA –, pautada na Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, ditada pela Lei n.º 9795/1999 (BRASIL, 1999) e na Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental – ENCEA – em UC, está voltada para atores sociais que atuam nas Unidades de Conservação ou nos Centros de Pesquisa. Seu público alvo é composto tanto por servidores como por agentes externos, e seus objetivos envolvem fortalecer os espaços democráticos na gestão ambiental pública, potencializar a participação social e transformar conflitos relacionados a questões territoriais e ao uso de recursos naturais, buscando a conservação da biodiversidade e a qualidade de vida das pessoas.

Os princípios da Educação Ambiental fundamentam as ações da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM) em todas as suas coordenações vinculadas (Gestão Participativa, Educação Ambiental e Capacitação Externa e Gestão de Conflitos Territoriais). A Coordenação de Educação Ambiental – COEDU – é a responsável por fomentar, qualificar e orientar as ações educativas – que ocorrem de forma local e difusa nas diferentes unidades no País – implementadas pelas diferentes unidades descentralizadas e por setores da sede do ICMBio.

A Educação Corporativa volta-se para a capacitação do corpo funcional, como uma política de desenvolvimento de competências individuais e institucionais, com foco na melhoria da eficiência e da eficácia dos processos de trabalho. Está pautada na Política e nas Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional – PNDP – (Decreto n.º 5707/2006) (BRASIL, 2006a), e na Política de Desenvolvimento de Pessoas do ICMBio (Portaria Normativa n.º 106/2008) (ICMBIO, 2008b).

Firma-se sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – CGGP –, sendo implementada em parceria com os processos finalísticos do ICMBio, às vezes com parceiros externos. Os eventos de capacitação têm ocorrido principalmente no Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade – ACADEBio.

Ressaltamos que as ações educativas praticadas no ICMBio não se restringem a essas duas dimensões aqui descritas, pois há uma riqueza de práticas que operam em rede e que serão mais bem descritas no Marco Operacional.

1.3.1. Educação Ambiental

No âmbito internacional, a Educação Ambiental tem como marco inicial a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, que firmou as bases para um novo entendimento a respeito das relações indissociáveis entre o ambiente e o desenvolvimento. No Brasil, foram os acordos internacionais, como a Conferência de Tbilisi em 1977 e a Eco-92, que fomentaram a institucionalização da Educação Ambiental como uma política pública. Contudo, somente em 1999, com a Lein.º 9.795, foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (ARAÚJO, 2011).

A PNEA define Educação Ambiental como “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente” e estabelece que “é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (ARAÚJO, 2011).

O estabelecimento da EA na gestão ambiental brasileira, contudo, é resultante de um processo longo de construção institucional. A Secretaria do Meio Ambiente – SEMA – já tinha como uma de suas atribuições “o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais”, estando sob responsabilidade da Coordenadoria de Comunicação Social e Educação Ambiental, salientando para a educação um papel de divulgação de conhecimentos e de aproximação com a sociedade (SAISSE; LOUREIRO, 2012).

Quando o IBAMA foi criado, a Educação Ambiental passou a se estruturar em uma Coordenação Geral – CGEAM –, promovendo uma proposta de educação que objetivava uma visão crítica sobre as causas estruturais da crise ambiental, para a buscar superá-la por meio dos instrumentos da gestão ambiental pública e da ação coletiva e organizada. Assim, investia-se na formação de recursos humanos capazes de compreender o seu papel na sociedade, dotados de conhecimentos e habilidades relacionados à prática educativa e pedagógica para implantar e implementar espaços democráticos que garantissem uma efetiva participação cidadã nos processos de gestão. Esses processos educativos estavam voltados tanto para servidores como para outros atores sociais com atuação local.

No ICMBio, a Educação Ambiental também foi estruturada como um setor específico: a Coordenação de Educação Ambiental (COEDU), que é parte da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental – CGSAM –, juntamente com as Coordenações de Gestão Participativa e de Gestão de Conflitos Territoriais, que se inter-relacionam. As ações dessas coordenações têm ocorrido em interface com muitos outros processos finalísticos da instituição, a fim de assegurar a efetiva participação das populações locais na gestão ambiental pública, conforme está previsto em diversos documentos nacionais e internacionais.

O ICMBio tem investido na aproximação e no diálogo com os diversos setores da sociedade. Para isso, a CGSAM conduz processos educativos que buscam contribuir para o exercício da cidadania, a aprendizagem social e o empoderamento de atores sociais e também para o fortalecimento dos laços e da integração entre a comunidade local e a Unidade de Conservação e seu território de influência. Essas ações auxiliam na construção de consensos e na divisão de responsabilidades, configurando-se como uma experiência democrática capaz de conferir maior transparência e legitimidade às políticas de meio ambiente.

A Educação Ambiental praticada no ICMBio herdou bases conceituais e filosóficas consolidadas pelo IBAMA para a “educação no processo da gestão ambiental” e tem a formação de educadores ambientais como sua diretriz principal. Sua ação se dá por meio da capacitação dos servidores que atuam em diferentes áreas do ICMBio, a fim de fortalecer a prática da educação ambiental no âmbito da instituição. Também atua por meio da promoção de processos educativos *in loco*, com atores sociais vinculados às atividades finalísticas do Instituto, desde o

processo de criação das UC até sua gestão, a pesquisa e o manejo da biodiversidade e ambientes cavernícolas, de licenciamento e outros.

As ações desenvolvidas pela Coordenação de Educação Ambiental têm por objetivo proporcionar condições para que os grupos sociais, especialmente os que estão em vulnerabilidade socioambiental, possam intervir de modo qualificado e organizado no processo de tomada de decisões, contribuindo para o fortalecimento da gestão participativa das Unidades de Conservação e da biodiversidade, para a conservação do meio ambiente e a melhoria das condições da qualidade de vida das populações envolvidas.

Como metodologia, a EA pauta-se na leitura do contexto ambiental sob a perspectiva da complexidade da sociedade. Abrange aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais, considerando os processos históricos como fundamentais para a compreensão da relação entre os grupos sociais e a natureza. Sugere que a Gestão Ambiental se organize a partir do conhecimento das dinâmicas territoriais existentes.

Resumidamente, a Educação Ambiental do ICMBio atua em três linhas: implementação de processos formativos de servidores; participação na qualificação de instrumentos e processos da gestão ambiental pública aplicados à conservação da biodiversidade e à gestão das unidades de conservação; e elaboração de material informativo e didático.

1.3.2. Educação Corporativa

A educação corporativa, como estratégia de desenvolvimento de pessoas e de aprendizagem organizacional, começou a ser adotada pelas empresas e pelas instituições na década de 40 nos Estados Unidos e vem crescendo exponencialmente até os dias de hoje. Essa é uma tendência mundial que reforça o conceito de autodesenvolvimento e direciona as capacitações para atender o planejamento estratégico das instituições (EBOLI et al., 2005; TARAPANOFF, 2004).

Na administração pública brasileira este conceito foi inicialmente trazido em 1995, com a aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que adotou um novo modelo gerencial voltado para resultados e indicou a necessidade de uma política consistente de valorização de recursos humanos (TAVARES, 2003). Porém, somente em 2006, com a publicação Decreto n.º 5.707, foi institucionalizada uma Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal – PNDP.

A PNDP apresenta instrumentos e diretrizes para o gerenciamento das ações de capacitação no âmbito da Administração Pública Federal e desempenha um papel central no processo de construção de novos perfis de qualificação profissional no serviço público. Suas principais diretrizes são: o desenvolvimento permanente do servidor, valorizando diversas formas de aprendizagem; o foco na melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços prestados; o alinhamento dos processos de capacitação com os objetivos estratégicos das instituições; a racionalização e a efetividade dos gastos com capacitação; a formação de uma cultura educacional organizacional em que o conhecimento adquirido passe a ser patrimônio de todos; e a inserção do processo de gestão por competências como um referencial para as ações continuadas de capacitação, entendendo competências como o conjunto de conhecimentos (saber teórico), habilidades (saber fazer) e atitudes (mudança de comportamento), necessários ao desempenho qualificado das funções dos servidores.

O ICMBio, logo no início da sua criação, em agosto de 2007, estabeleceu um olhar estratégico de fortalecimento organizacional por meio da qualificação do quadro de servidores, orientado pelas diretrizes da PNDP. O objetivo era melhorar a integração das ações realizadas, potencializar a capacidade de trabalho individual e coletiva, e, assim, despontar a recente instituição como um centro de excelência em conservação da biodiversidade.

No primeiro ano após a criação do ICMBio, foram iniciadas ações estruturantes voltadas à capacitação. Destacamos aqui a criação do primeiro Comitê de Capacitação, em maio de 2008, e depois a institucionalização da “Educação Corporativa” como um setor vinculado à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – CGGP. Ainda no final de 2008, o ICMBio (2008b) criou a sua própria Política de Desenvolvimento de Pessoas – PDP – (Portaria n.º 106/2008), baseada na PNDP;

e, em janeiro de 2009, publicou o 1º Plano Anual de Capacitação – PAC, um instrumento que prevê metas estratégicas e recursos financeiros para a execução de ações de capacitação no Instituto, de forma coordenada, favorecendo ações sistêmicas de capacitação e a integração entre os macroprocessos para o alcance de resultados institucionais.

O setor de Educação Corporativa é responsável pelo planejamento e pela execução de um conjunto de práticas educacionais continuadas, com o apoio do Comitê Gestor de Capacitação – CGCAP –, que é a instância colegiada de decisões relacionadas à capacitação. O CGCAP, criado pela Portaria n.º 111, de março de 2010 (ICMBIO, 2010a), que revogou o anterior Comitê de Capacitação, tem como uma das suas principais atribuições a análise, a deliberação e o monitoramento dos PAC do ICMBio. Também propõe o estabelecimento de normas e critérios para capacitação e afastamentos, o firmamento de convênios e parcerias com instituições educacionais; acompanha e promove o alinhamento dos investimentos em capacitação, além de assessorar a Direção do Instituto em qualquer assunto relacionado à capacitação. Esse comitê é presidido pela Diretoria de Planejamento Administração e Logística – DIPLAN – e composto pelos Coordenadores Gerais das áreas finalísticas do ICMBio e por representantes do Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade – ACADEBio –, da Coordenação de Avaliação de Impactos Ambientais, Divisão de Comunicação.

A Educação Corporativa implementada no ICMBio inovou por investir na formação do quadro funcional por meio da promoção do desenvolvimento das potencialidades dos servidores, do compartilhamento do conhecimento adquirido e do fortalecimento da sua cultura educacional organizacional. Outra inovação que se fortalece com a CGGP é a orientação em torno da gestão da capacitação, tendo como eixo central o conceito de competências que, segundo o Decreto n.º 5.707/2006 da PNDP (BRASIL, 2006a), em seu artigo 2º, é a “gestão orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando o alcance dos objetivos da instituição”.

Ainda em 2009, investiu na criação de uma estrutura própria, especializada na realização de eventos de capacitação, a ACADEBio, e passou a promover diversos cursos e outros eventos, contribuindo para a constituição de quadros de instrutores,

que, mesmo em constante processo de aprendizagem, se prontificam a atuar em eventos internos e externos de capacitação e atualmente está em sua 8.^a edição.

Os saberes e talentos internos foram valorizados por meio da criação dos Cursos de Formação de Instrutores – CFI –, que se definem como processos formativos que preparam servidores para atuar na formação de outros servidores e parceiros, dinamizando o processo formativo, no qual pares atuam formando pares, alinhados com a cultura e as necessidades institucionais.

O CFI busca qualificar a atuação dos servidores em ações educativas, aumentando a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações de capacitação e propiciar ferramentas para planejamento, elaboração, execução, monitoramento e avaliação de processos educativos. Tem como finalidade contribuir para que os instrutores formados possam refletir sobre diversos aspectos dos processos de formação. Nos eventos voltados para a formação dos instrutores, procura-se estimular o desenvolvimento por meio das competências trabalhadas no programa, da vivência e da troca de informações que acontecem entre eles durante o encontro.

A Educação Corporativa também tem agido no sentido de padronizar e divulgar procedimentos relativos ao desenvolvimento e à educação do servidor, atendendo ao princípio da transparência. Desde julho de 2008 tem publicado uma série de atos, dentre os quais merecem destaque aqueles relativos a: I) emissão de certificados em eventos de capacitação promovidos pelo ICMBio; II) reconhecimento do quadro de instrutores do ICMBio; III) pagamento da gratificação por encargo de curso; IV) definição das áreas do conhecimento, critérios e quantitativo de vagas para fins de participação de servidores do ICMBio em eventos de capacitação de longa duração no País e no exterior; V) definição de critérios e procedimentos para a avaliação de desempenho individual e institucional; e VI) definição de horas mínimas de capacitação como critérios de promoção na carreira. Acrescenta-se aqui a publicação do Manual de Gestão do Desempenho Individual, do Manual do Programa ICMBio Estágio, do Manual de Capacitação e do Manual de Competências Gerenciais.

1.3.3. Espaços educadores

As ações educativas estão presentes em diversos espaços e estruturas e perpassam muitos dos processos de gestão das Unidades de Conservação e dos Centros de Pesquisa.

O que caracteriza um espaço educador são as relações que se estabelecem com eles ou dentro deles. A intencionalidade de utilização do local tem foco no ensino e na aprendizagem, orientados por elementos, procedimentos e práticas pedagógicas destinadas à formação de pessoas e à produção de sentidos que contribuam para a ação e a reflexão em torno do bem comum, na perspectiva da transformação de pessoas e, conseqüentemente, do mundo.

Com esse olhar identificamos e aqui registramos diversos exemplos de ações do ICMBio que têm o potencial de transformar o encontro vivido em uma prática educativa e o local de encontro em um espaço educador, desde que esteja presente a intenção educativa, com o foco em um processo constante de formação, de participação, de construção coletiva, de acolhimento das diferentes visões, de cooperação, de resolução de conflitos: os estudos para criação das UC, as reuniões dos conselhos deliberativos e consultivos, os momentos de elaboração e execução dos planos de manejo e dos planos de ação de espécies, as ações de proteção ambiental, os programas de pesquisa, os programas de estágio e voluntariado, a formalização de termos de compromisso, a recepção de visitantes em unidades e centros de pesquisa, a sinalização e/ou condução em trilhas interpretativas, as reuniões e as oficinas de trabalho, entre outros.

Diante da riqueza e da multiplicidade de espaços educadores, optamos por destacar cinco deles:

- Centro de Formação para a Conservação da Biodiversidade – ACADEBio
- Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação
- Unidades de Conservação
- Ambiente Virtual de Aprendizagem
- Portal da Biodiversidade

1.3.3.1. Centro de Formação para a Conservação da Biodiversidade – ACADEBio

A criação do Centro de Formação para a Conservação da Biodiversidade – ACADEBio – como espaço de construção do conhecimento inaugurado em setembro de 2009 representou, sobretudo, uma estratégia da Direção do ICMBio no intuito promover, em estruturas próprias e adequadas, cursos de curta e longa duração em ambiente de imersão.

A instalação da ACADEBio ocorreu em dois prédios remanescentes do extinto Centro Nacional de Engenharia Agrícola – CNEA –, situados dentro da Floresta Nacional de Ipanema, município de Iperó – SP: um é utilizado para abrigar a parte administrativa do centro e as salas de aula, e o outro, como alojamento e refeitório. Áreas externas da FLONA de Ipanema também foram utilizadas como espaços pedagógicos para os cursos.

Em 2011 a ACADEBio foi regulamentada na estrutura do ICMBio, pelo Decreto n.º 7.515, de 08 de julho 2011 (BRASIL, 2011), com o nome de Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade e vinculada, técnica e normativamente, à Diretoria de Planejamento, Administração e Logística do Instituto. O nome ACADEBio continuou a ser utilizado por muitos, como nome fantasia.

A ACADEBio – um espaço onde as pessoas se capacitam, trocam experiências, desenvolvem soluções para questões comuns e constroem cumplicidades para a conservação da natureza brasileira (SILVA et al., 2015) – tem, nos últimos anos, ampliado seus serviços, estendendo sua atuação para outros públicos. Alguns cursos promovidos pelo ICMBio oferecem vagas para servidores das instituições de meio ambiente dos estados e dos municípios, servidores de outras instituições públicas (INCRA, MMA, IBAMA, etc.), além de comunitários de UC, pesquisadores e outros. Também há cursos promovidos por outras instituições, públicas e privadas, que se utilizam dos espaços e serviços da ACADEBio, como resultado do estabelecimento de parcerias e como oportunidade de aumentar a receita extraorçamentária.

Essas ações concorrem para a visão de futuro desse centro, que vem buscando relevante papel na difusão de conhecimentos e de articulação no âmbito do SNUC e do SISNAMA e com outros atores relacionados. Nesse sentido, tem buscado se fortalecer como um membro dentro da rede de escolas públicas, que podem ser vistas como universidades corporativas; ou seja, entidades educacionais que se inter-relacionam e funcionam como ferramentas estratégicas para favorecer

que as instituições públicas atinjam sua missão, por meio do conhecimento e da aprendizagem individual e organizacional.

O Tribunal de Contas da União, no Relatório de Auditoria Governança das Unidades de Conservação do Bioma Amazônia realizado em 2012, citou a ACADEBio como exemplo de boa prática de gestão e reconheceu a sua importância, ao destacar que “o aprimoramento da gestão da ACADEBio poderá transformá-la não somente num centro de treinamento dos servidores do ICMBio, mas sim de todos os órgãos e entidades envolvidos no SNUC (p. 57-58)”(SILVA et al., 2015).

Da sua inauguração, em 2009, até julho de 2016, já foram executados em seu espaço 369 eventos, registrados na Tabela 4, totalizando mais de 14.108 participações, incluindo os eventos do PAC; as oficinas de planejamento de cursos; as reuniões institucionais; as oficinas para a elaboração de Planos de Ação Nacional e para a avaliação do estado de conservação de espécies ameaçadas; e os eventos de outras instituições parceiras. A Tabela 5 expõe o número de participantes desses eventos.

Tabela 4 – Tipos e quantidades de eventos realizados na ACADEBio entre 2009 e julho de 2016

QUANTIDADE DE EVENTOS									
Tipos de Evento	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	jul./16	Total
Cursos	2	26	44	39	25	33	26	14	209
Outros ICMBio	1	7	13	41	25	25	7	5	124
Externos	0	4	2	2	6	9	9	4	36
Total	3	37	59	82	56	67	42	23	369

Tabela 5 – Quantidade de participantes nos eventos da ACADEBio entre 2009 e julho de 2016

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES									
Tipos de Evento	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	jul./16	Total
Cursos	261	1150	1529	1354	1035	1337	889	329	7884
Outros ICMBio	63	292	335	1179	673	494	131	134	3238
Externos	0	233	125	102	316	435	1458	254	2986
Total	324	1675	1989	2635	2024	2266	2478	717	14108

Na execução dos eventos prestam-se serviços e disponibilizam-se materiais e equipamentos, como: apoio pedagógico, apoio logístico, hospedagem, alimentação, transporte aéreo e terrestre, reprografia, impressão e encadernação, organização de espaços pedagógicos em sala e em campo, disponibilização de materiais de escritório, equipamentos de informática e materiais para atividades de campo.

Como estruturas pedagógicas há 8 salas de aula, auditório para 200 pessoas, sala de conferência para 70 pessoas, 2 salas de informática, sala multimídia, salas de estudos, salas de instrutores e administrativas, além de grandes espaços abertos utilizados em atividades de campo e em outras atividades, como exposições, feiras e outros eventos.

1.3.3.2. Centros de Nacionais de Pesquisa e Conservação

Atualmente o ICMBio possui 14 Centros de Pesquisa e Conservação que integram em sua concepção e atuação diversos processos educativos que contribuem para a construção e a disseminação de conhecimento (ver Tabela 2 deste documento).

Os centros possuem autonomia para planejar e executar suas ações de formação, porém não há uma normatização ou diretriz institucional específica para padronização de suas estruturas físicas. Cada centro atua, portanto, de maneira alinhada às suas especificidades e pode realizar cursos próprios ou em parceria com

universidades e instituições de ensino. Suas ações destinam-se ao público interno e/ou externo, integrando pesquisadores, comunidade local e sociedade em geral. Possuem ainda a responsabilidade de compartilhar os saberes produzidos, via publicação de artigos, livros, cartilhas e organização de simpósios, congressos, mostras fotográficas, entre muitas outras ações formativas.

A maior parte dos centros possui alguma estrutura educativa em suas sedes ou bases avançadas, geralmente auditório e/ou bibliotecas e/ou espaço expositivo para visitantes. Podemos destacar espaços mais estruturados, como, por exemplo, os Centros de Visitantes do TAMAR (em Fernando de Noronha- PE e Florianópolis-SC), e estruturas de auditório e alojamento, como o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental – CEPTA –e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste –CEPENE –, na base de Tamandaré-PE.

1.3.3.3. Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação são espaços propícios para o desenvolvimento de processos educativos. As estruturas locais são variáveis, dependendo do grau de implementação e das categorias de uso dessas UC. Existem unidades bem estruturadas, com centros de visitantes, auditórios e outros espaços construídos para esse fim, ou unidades que usam apenas o espaço físico natural, como trilhas, copas de árvores, onde a contemplação da paisagem e da natureza pode ser o material didático principal. Todas as unidades realizam atividades de educação e de pesquisa científica, podendo para isso estabelecer parcerias com outras instituições públicas ou privadas e com setores da organização civil.

Os processos de gestão, desde os contatos com a sociedade para a criação de uma Unidade de Conservação até as atividades finalísticas de fiscalização ambiental, devem incorporar os princípios e os elementos da educação ambiental.

Programas de educação ambiental estão previstos nos planos de manejo, que desencadeiam projetos locais, atendendo a diferentes públicos, como os membros do conselho da UC, mulheres, jovens, comunidades tradicionais, professores, estudantes e sociedade em geral.

1.3.3.4. Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Ambiente Virtual de Aprendizagem é a plataforma que hospeda os processos educativos a distância (EaD) do ICMBio. Atualmente, se comparado com os processos já estabelecidos de Educação Presencial, o Ensino a Distância no Instituto ainda é pouco representativo e estruturado. Contudo, configura-se um projeto em expansão e considerado estratégico pela Educação Corporativa, por ser uma ferramenta capaz de potencializar as ações educativas institucionais.

A EaD vem sendo construída no ICMBio desde a institucionalização da Educação Corporativa. A primeira iniciativa nesse sentido foi em 2008, com a oferta de parte do conteúdo do curso para Agentes de Fiscalização Ambiental, o qual atendia novos servidores do Instituto. Essa iniciativa fomentou a realização de um curso de tutoria para EaD e, em seguida, o desenvolvimento da plataforma do ICMBio baseada no sistema Moodle. A principal função da plataforma foi complementar os cursos presenciais por meio de repositório de conteúdos e fóruns de discussão para sanar dúvidas e promover trocas entre os cursistas em ambiente virtual.

Em 2014, por meio de uma parceria com o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA/MMA) e a Empresa Avante Brasil, foi desenvolvido um novo Ambiente Virtual de Aprendizagem com interface gráfica e funcionalidades mais modernas, capazes de permitir cursos nas modalidades semipresencial e a distância, e o desenvolvimento de cursos e conteúdos. Realizou-se também a formação de uma primeira turma de tutores e administradores da plataforma, com o curso “Conteúdo, Tutoria e Administração da Plataforma Moodle”, fortalecendo o Projeto de EaD do ICMBio.

Em 2016 a plataforma migrou da Avante Brasil para o servidor do ICMBio, e a sua gestão passou a ser feita pela ACADEBio. Nesse mesmo ano, foi oferecido e concluído o primeiro curso na modalidade totalmente a distância: Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental. Estão ainda em fase de conclusão outros cursos, além das comunidades de aprendizagem em funcionamento no AVA (www.icmbio.gov.br/ava).

Atualmente, o núcleo EaD na ACADEBio está em estruturação, para cuidar da operacionalização do ambiente virtual de aprendizagem, do suporte aos usuários, aos tutores e a outros atores. Esse núcleo tem a responsabilidade de desenhar a estratégia de crescimento, do controle da qualidade e dos processos pedagógicos em EaD e de inovação. O fortalecimento do EaD poderá aumentar a gama de cursos ofertados, criar novos arranjos pedagógicos, ampliar o público alvo, concatenando ações pedagógicas, aumentando seu alcance, reduzindo custos, entre outras possibilidades. A seguir estão os cursos disponíveis e em desenvolvimento no AVA:

- Formação de Instrutores Pré-CFI – em desenvolvimento
- Geoprocessamento com QGIS – disponível
- Fundamentos de Cartografia e Geoprocessamento – em desenvolvimento
- Procedimentos Operacionais do Programa ARPA – em desenvolvimento
- Gestão Socioambiental – disponível; nova versão em desenvolvimento
- Introdução ao Combate de Incêndios Florestais – disponível
- Elaboração do Plano de Proteção – disponível
- Educação Corporativa – em desenvolvimento
- Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental – disponível
- Regularização Fundiária – disponível
- EaD: conteúdo, tutoria e administração da plataforma Moodle – disponível
- Básico sobre Criação e Acompanhamento de RPPN – em desenvolvimento
- Ação Fiscalizatória – em desenvolvimento
- Sistema Eletrônico de Informações – SEI – disponível
- GPS – disponível

O ambiente também hospeda comunidades de pesquisa, como:

- Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO – disponível

- Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – em desenvolvimento
- Regime Jurídico das Áreas Protegidas no Direito Estrangeiro – disponível
- EaD para Instrutores do Curso de Gestão Socioambiental – disponível
- Manifestação para o Licenciamento Ambiental – disponível
- Programa para Gestão de Resultados – Ciclo IV – disponível
- Coordenação de Apoio à Pesquisa – disponível
- PIBIC – disponível

1.3.3.5. Portal da Biodiversidade

Lançado em 26 de novembro de 2015, o Portal da Biodiversidade é uma plataforma virtual que tem como objetivo disponibilizar à sociedade dados e informações sobre a biodiversidade brasileira, gerados ou recebidos pelo MMA e por seus órgãos vinculados. Atualmente, estão disponíveis as bases de dados de alguns dos sistemas mantidos pelo ICMBio, como o SISBIO, aqueles mantidos pelos Centros de Pesquisa e Conservação do Instituto e pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ –, contando com mais de um milhão e meio de registros de ocorrências sobre 93.442 espécies.

Os dados disponibilizados formam uma ampla visão sobre a distribuição da biodiversidade brasileira. É possível realizar pesquisa, visualização, *download* e análise de registros disponíveis nos bancos de dados de biodiversidade atualmente disponíveis. Os limites das UC e outras camadas geoespaciais estão disponíveis, buscando potencializar o uso dos dados para a gestão.

A plataforma é fruto da parceria entre o MMA e o ICMBio, e a iniciativa é apoiada pela Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ), como parte da Cooperação Brasil - Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável. Está disponível no endereço: <http://www.icmbio.gov.br/portal/portaldabiodiversidade>.

2. MARCO REFERENCIAL

No Marco Referencial expressamos algumas opções políticas, filosóficas, ambientais e pedagógicas que orientam as ações educativas do ICMBio. É fruto de um trabalho de escuta e escrita coletiva realizada pelo Núcleo do PPP, que se debruçou sobre a tarefa desafiadora de identificar e registrar princípios, valores, objetivos, ideais e compromissos assumidos pelo Instituto, rumo à concretização da sua missão institucional. Algumas questões nos acompanharam nesta trajetória:

O que se pretende com os processos educativos em curso no Instituto?

Como sistematizar a diversidade educativa presente nas experiências em curso?

Como registrar e revelar os referenciais que sustentam a caminhada educativa do ICMBio?

Como contribuir para que o PPP do ICMBio fortaleça a sua identidade institucional e aprimore suas práticas educativas?

Com base nestas questões, identificamos, registramos e compartilhamos referências que sustentam os processos educativos do ICMBio. O objetivo do Marco Referencial é explicitar as opções que o Instituto assume diante dos desafios postos pelo mundo.

2.1. Princípios que orientam as ações educativas

- Foco na missão do ICMBio, possibilitando alinhamento com o planejamento estratégico.
- Fortalecimento da identidade institucional, da cultura organizacional e do sentimento de pertencimento.
- Promoção de mecanismos qualificados de construção, com diálogo e participação, e pautados na transparência, de forma a contemplar nossa realidade, nossa rica diversidade, nossos anseios e sonhos.
- Adoção de prática educacional libertadora e emancipatória, de modo a proporcionar o acesso ao conhecimento e fortalecer a capacidade reflexiva, contribuindo para a formação de indivíduos autônomos, integrados e criativos.

- Valorização dos diferentes saberes e valores que permeiam a complexidade da temática ambiental, destacando seu caráter transdisciplinar e holístico, com vistas à efetividade e ao constante aperfeiçoamento das nossas ações.

- Motivação do exercício profissional por meio da educação continuada, da construção e do aprimoramento do papel profissional.

- Manutenção de um processo contínuo de avaliação.

O PPP do ICMBio tem como referência sete dimensões, anunciadas no PPP do Ministério do Meio Ambiente¹, que reúnem algumas características básicas e necessárias para compor uma política pública e/ou os processos educativos no campo das políticas ambientais (RAYMUNDO et al., 2015). São elas:

- Diagnóstico: contextualização histórica da territorialidade com suas relações sociais, econômicas, ecológicas e culturais expressas.

- Participação e construção coletiva: mobilização e fortalecimento dos espaços democráticos permanentes de participação e controle social.

- Formação dialógica: visão integral e valorização da diversidade dos saberes acumulados dos públicos a serem envolvidos, como oportunidade de reflexão e debate.

- Intervenção socioambiental: internalização da Educação Ambiental como transversal em todos processos educativos, considerando propostas que busquem ação na realidade, de forma contextualizada e com compromisso com a transformação.

- Sociedades sustentáveis e sustentabilidade: compromisso com a sustentabilidade, com a transformação das relações sociedade-natureza e com a justiça ambiental, de forma a considerar as assimetrias e os conflitos existentes.

- Indivíduo/subjetividade: reconhecimento e valorização do sujeito, do indivíduo dentro do processo coletivo e identificação das especificidades humanas, psíquicas, que possam propiciar, nos indivíduos, a potência de agir que leva ao movimento coletivo de transformação das realidades indesejadas.

¹Este documento contribui para a definição de parâmetros para processos educativos desenvolvidos pelo MMA e suas vinculadas, entre as quais o ICMBio se insere.

- Complexidade: articulação e integração a outras políticas, conexão entre o local e global, entre teoria e prática, entre os inúmeros temas, públicos, instituições, territórios, demandas, problemas e expectativas.

2.2. Marcos legais

As ações educativas que acontecem no ICMBio pautam-se nas diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA; na Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental – ENCEA; na Política Nacional de Participação Social – PNPS; na Política e nas Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional–PNDP; e na Política de Desenvolvimento de Pessoas do ICMBio – PDP.

Ao instituir a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA –, por meio da Lei.n.º 9.795/1999, o Brasil estabelece que a Educação Ambiental se define como o conjunto de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Aponta que todos têm direito à Educação Ambiental, um componente essencial e permanente da educação nacional que deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

A Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental – ENCEA – traz os princípios, as diretrizes e as orientações metodológicas para estratégias de comunicação, disseminação de informações e ações de sensibilização para programas de Educação Ambiental. Tem como objetivo proporcionar meios interativos e democráticos para que a sociedade possa produzir conteúdos e disseminar conhecimentos, através da comunicação ambiental voltada para a sustentabilidade (MMA, 2008). A Educomunicação corresponde à dimensão pedagógica dos processos comunicativos associados à questão ambiental, e que se quer presente como competência em conteúdos educadores ambientais, bem como em todos os canais e atores da comunicação social do País.

Para o ICMBio, o cerne da ENCEA está nos processos inclusivos de participação social na gestão ambiental e no fortalecimento da cidadania,

oportunizados pelos espaços participativos e pelos meios de comunicação que proporcionam criticidade e tomada de decisão consciente, pelas comunidades, sobre as UC. A proposta é que tais meios e espaços sejam criados e/ou fortalecidos em todas as etapas pertinentes à existência de uma UC: sua criação, sua implementação e sua gestão.

Com o objetivo de aprofundar e aperfeiçoar a participação social como método de gestão, o governo federal lançou o decreto que institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS – e o Compromisso Nacional pela Participação Social. Essa iniciativa pretende garantir instâncias permanentes de diálogo e incentivar a participação da sociedade na elaboração, na implementação e no acompanhamento das políticas públicas.

A PNPS orienta os órgãos e as entidades da administração pública federal para melhor utilização das diversas instâncias e dos mecanismos de participação social existentes, permitindo um maior grau de aderência social às políticas públicas e contribuindo também para o aumento da transparência e da eficácia da administração pública. Abre caminho para as novas formas de participação social, por meio das redes sociais e dos mecanismos digitais de participação via internet.

A Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Decreton.º 5.707, de 23 de fevereiro de 2006) são orientadoras dos processos educativos que realizamos no ICMBio, com as seguintes finalidades: melhoria da eficiência, da eficácia e da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; desenvolvimento permanente do servidor público; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

A Política de Desenvolvimento de Pessoas no âmbito do ICMBio, instituída pela Portaria Normativa n.º 106, de 30 de dezembro de 2008 (ICMBIO, 2008b), apresenta diretrizes e instrumentos voltados para a melhoria da eficiência, da eficácia, da efetividade e da qualidade dos serviços prestados; desenvolvimento profissional e gerencial permanente, contínuo e sistêmico dos servidores; institucionalização do conhecimento produzido; busca de excelência nos processos de recrutamento e seleção alinhados ao planejamento estratégico; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação. A Portaria prevê

ainda que sua implementação dar-se-á por intermédio da ação do Comitê de Capacitação, composto por representantes indicados pela diretoria colegiada, em conformidade com os macroprocessos e que os recursos orçamentários e financeiros serão providos pelo Programa Plurianual – PPA.

Amparados na legislação nacional, procuramos desenvolver ações que garantam a conservação da biodiversidade e promovam o desenvolvimento sustentável. Realizamos atividades educativas com o intuito de consolidar a missão do ICMBIO, sempre diante de constantes desafios.

2.3. Aspectos políticos, filosóficos, ambientais e pedagógicos

Neste tópico do Marco Referencial, procuramos destacar alguns eixos políticos, filosóficos, ambientais e pedagógicos presentes nas ações educativas do Instituto. Para isso, é importante ressaltar que vivemos em um modelo civilizacional capitalista hegemônico em crise. Seus paradigmas, embora exerçam força sobre o modo de vida da maioria da população mundial, estão sendo questionados.

Ninguém nega que a forma depredatória e irracional com a qual as grandes empresas vêm explorando os recursos naturais e agredindo a natureza através da emissão de poluentes e dejetos industriais no ar, na terra, nos rios e nos mares coloca em risco o ecossistema e já está tornando a natureza insuficiente para o número de habitantes do planeta. (ABDALLA, 2002, p. 27)

Cabe destacar que há outros modelos civilizatórios, não hegemônicos, com outros modos de vida, práticas mais comunitárias, cooperativas e sustentáveis, como as de algumas comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

No Brasil, as consequências deste modelo são visíveis. Mesmo possuindo uma das biotas mais notáveis do planeta, grandes riquezas naturais e uma fascinante biodiversidade, a degradação ambiental vem ocorrendo. Pode-se observar a conversão de ambientes naturais em áreas antropizadas, de forma insustentável, comprometendo o funcionamento dos ecossistemas, extinguindo espécies e degradando fontes essenciais de recuperação natural e outros serviços ambientais.

A crise ambiental contemporânea mostra os limites desse modelo de racionalidade econômica, política, ambiental e de sociabilidade, impondo-nos a

necessidade de nos debruçarmos sobre ela, de repensar e reinventar o modo como temos vivido. Este cenário convoca a sociedade civil a pensar e agir em busca de novos modelos de racionalidades, capazes de redirecionar o processo civilizatório, trazendo para o centro das ações humanas o princípio da sustentabilidade pautado por uma “ecologia de saberes” (SANTOS, 2007).

A superação deste modelo nos remete, portanto, à necessidade do reconhecimento de valores éticos, tais como os de cooperação, respeito e responsabilidade para com esta e as futuras gerações. Precisamos de uma “ética ambiental” (LEFF, 2006), capaz de romper com o modelo de racionalidade ocidental capitalista.

Ao realizarmos os processos educativos, procuramos, a partir dos princípios ecológicos, incorporar reflexões que possam repercutir nas atividades produtivas, nos processos sociais e nas ações políticas, de modo a contribuir com a gestação da justiça ambiental e com a construção de uma nova ética.

Temos vários desafios pela frente, que exigem de nós conhecimentos, habilidades e atitudes que ainda estamos a desenvolver. É neste cenário que nossas práticas e experiências no campo educativo se realizam.

2.3.1. Meio ambiente e sociedade

A temática socioambiental envolve questões situadas na interface do que podemos considerar, conforme Zaroni e Raynaut (1994), sistema natureza e sistema sociedade, em que o meio ambiente é o campo das inter-relações. Essa interface compreende as interações entre as atividades humanas e o meio natural, expressas pelas suas modificações, através de técnicas e práticas utilizadas pelos diferentes grupos sociais. Nesse contexto surge o conceito de desenvolvimento sustentável, que emerge de uma gradativa tomada de consciência da necessidade de proteger os recursos naturais e aponta para a possibilidade da adoção de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2006).

Neste PPP compreendemos sistema natureza como conjunto de componentes biológicos, físicos e químicos que interagem no interior dos grandes domínios de organização biológica. Na perspectiva de um organismo vivo, esse sistema incorpora a humanidade, tomada individualmente ou reunida em populações. Já o

sistema sociedade compreende o conjunto de elementos e de processos cuja articulação participa da organização, da reprodução e da evolução das relações sociais e dos fatos culturais (ZANONI; RAYNAUT, 1994).

O meio ambiente, aqui, é entendido como o campo das inter-relações entre sistema natureza e sistema sociedade. Os seres humanos e as sociedades humanas fazem parte integrante desse meio do qual são, ao mesmo tempo, os sujeitos e os objetos, os produtores e os produtos.

Entendemos que os espaços “ambientais” não estão dissociados dos espaços “humanos”, sendo então limitada a concepção de que a sociedade e a natureza estão em polos dicotômicos e antagônicos. Optamos pela compreensão dialética da relação sociedade-natureza, para além das visões naturalizadas que colocam a sociedade como algo homogêneo e estático e da noção de natureza como categoria puramente objetiva.

2.3.2. Educação e participação

Para o ICMBio, a redução das desigualdades sociais e a proteção do patrimônio natural estão intrinsecamente ligadas. Por este motivo, seus processos educativos são desenvolvidos para além do quadro de servidores e promovem integração dos processos de trabalho na perspectiva da participação social e da gestão de conflitos socioambientais, buscando a conservação dos recursos naturais, o fortalecimento da cidadania e a justiça ambiental e social.

Conforme preconizado pela ENCEA, justiça ambiental é o conjunto de princípios que asseguram o tratamento justo e o envolvimento e a participação efetiva de todos os grupos sociais nas decisões sobre o acesso, a ocupação e o uso dos recursos naturais com sustentabilidade ambiental, de forma a não impor a ninguém uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas.

A temática da participação social tem sido relevante no âmbito das políticas públicas, porém, para que ela se efetive, é necessário o envolvimento da comunidade em todas as etapas do processo de formulação e gestão de políticas ambientais, assim como o acesso à informação, à fiscalização e à defesa dos locais em que vive.

Acreditamos que é possível aprender a participar e que a política de participação popular se constrói. No ICMBio atuamos em consonância com o “marco de referência em Educação Popular para as políticas públicas” (BRASIL, 2014b). Nesse sentido, as ações educativas são pautadas no fortalecimento de políticas públicas e ações institucionais que promovam os espaços democráticos de participação, a capacidade de intervenção cidadã qualificada e a participação substantiva na gestão das UC dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

Além dos aspectos técnicos específicos dos processos pedagógicos e educativos que realizamos, buscamos, através do diálogo, desenvolver experiências fomentadoras de valores e atitudes que possam contribuir para a participação efetiva. Diálogo, aqui, no sentido de compartilhar a vida e saberes, implica em “falar com” e não “falar para” ou “sobre” (FREIRE, 2000); pressupõe alguém dizer a sua palavra, compartilhar a sua experiência, dúvida, desejo com o outro; e esse, em diálogo, se põe na posição da escuta, da acolhida, da troca, da colaboração. Exercitar o diálogo é um desafio individual e coletivo em uma cultura de pouca escuta e debate de ideias; é um modo de vivenciarmos práticas democráticas.

Assim, o uso de metodologias participativas permite a construção de cumplicidades, o desenvolvimento do sentimento de pertencimento, o aprimoramento do diálogo intra e interinstitucional, o fortalecimento dos diferentes saberes presentes na instituição e nas comunidades, o estímulo a uma visão sistêmica sobre a instituição e suas ações, demonstrando, em uma visão holística, a transdisciplinaridade da educação ambiental.

Este é um desafio que nos colocamos: realizar processos educativos que auxiliem no desenvolvimento da prática democrática e na reinvenção da participação social, como sugere Boaventura Sousa Santos (2007). Esta opção pressupõe a construção de consensos e a gestão dos dissensos em torno da nossa ação no mundo, enquanto servidores de uma instituição pública, diante dos problemas econômicos, sociais e ambientais com que nos deparamos.

2.3.3. De que educação falamos?

A visão de educação que adotamos vai além do que Brandão (1987) chamou de “visão estreita” de educação, que se confunde com escolarização e “se encontra só no que é formal, oficial, programado, técnico, tecnocrático”. Para o autor, assim como para nós, a educação não é vista apenas como ferramenta para a transmissão de conteúdos, mas também como um processo dialógico de troca de saberes, de experimentação e produção de conhecimentos e de novas tecnologias. Assumimos o caráter político da educação, ao admitirmos que as práticas educativas são marcadas pelo contexto social em que vivemos e pelo modo como a sociedade se organiza.

A educação é um fenômeno tipicamente humano, que se manifesta de forma singular em cada lugar ou sociedade onde ocorre. A escola, instituição historicamente constituída, tomou para si a posse de processos educativos relacionados aos conhecimentos elaborados pela humanidade. Na educação escolar realiza-se a educação que aqui chamamos de formal, sob a égide de uma legislação específica, pessoal especializado, sistematização curricular, metodológica e avaliativa, conforme o normatizado pela Lei.º9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – (BRASIL, 1996). Contudo, a educação se efetiva também em outros espaços, outras estruturas e com formatos bastante distintos do escolar.

São diferentes tendências e denominações para os processos educativos que ocorrem fora da escola: educação não escolar (AFONSO, 1992); educação extraescolar; educação alternativa; educação popular (BRANDÃO, 1987); educação social (PÉREZ; VENTOSA, 1999), educação não formal (GOHN, 2005; PARK, 2007) e educação informal (GOHN, 2005), evidenciando que existe uma infinidade de processos educativos na sociedade que acontecem em espaços para além dos muros da escola.

Nesse cenário de múltiplas abordagens, destaca-se o conceito de educação não formal, abordado por Gohn (2005, p. 33) como “processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade”. Segundo a autora, a educação não formal é reconhecida como área da educação que não se limita a determinada faixa etária e trabalha com objetivos não definidos *a priori*.

Nessa perspectiva de educação não formal, o processo educativo acontece em espaços de ações coletivas, onde educandos e educadores interagem segundo as diretrizes do grupo. Seu propósito é desenvolver a capacidade para agir e pensar como cidadãos do mundo e no mundo. Os resultados refletem-se na condição de pertencimento, consciência e organização em coletividade, considerando o desenvolvimento da capacidade para enfrentar as adversidades e criar saídas originais e alternativas às condições cotidianas.

No debate, os conceitos “educação formal” e “não formal” surgem como categorias que acabam reproduzindo os processos educativos que ocorrem dentro e fora da escola, como se a formalidade das experiências educativas estivesse presente apenas nas práticas escolares. A nosso ver, a expressão “não formal” não é suficiente para expressar os processos educativos que ocorrem no ICMBio, uma vez que as práticas educativas que ali acontecem possuem intencionalidade, formalidade, avaliação e sistematização do percurso.

Na complexa tarefa de educar em uma Instituição não escolar, ainda estamos gestando o conceito que melhor explicita a riqueza e a diversidade dos processos educativos realizados no ICMBio, voltados para o seu quadro funcional e na interface com diferentes agentes públicos e outros atores sociais.

Nessa seara, abrimo-nos para acolher além do conceito de espaço educador e de estruturas educadoras. Para tanto, internalizamos que estruturas educadoras são áreas ou locais construídos ou adaptados com uma intencionalidade educacional ou que, por serem exemplos na função que desempenham, são utilizadas com esse fim, com infinitas possibilidades de criação, na medida em que cada pessoa possui uma visão de mundo e uma forma de significá-lo e representá-lo. Segundo Matarezi (2005), “é o fazer sentido e o poder ser interpretado, representado, refletido e tornado ação, que torna um espaço ou uma estrutura, possuidores das essencialidades que provocam aprendizado”.

Compreendemos o ser humano como sujeito que se constitui no âmbito cultural, histórico, social e político. Fazendo-se na história, está em permanente condição de desenvolvimento e incompletude, o que torna sua capacidade de intervenção uma de suas principais características. Necessita construir sentido para suas ações e pode humanizar-se – como sugeria Paulo Freire (1983) – na direção do “Ser Mais”.

Assim, o sujeito humano é criador de sentido para o tempo e o espaço vivido, é autor e produtor de história, cultura e pode instituir-se como autor-cidadão (BARBOSA, 1998, p.7-13). Autor-cidadão como composição de cidadania, enquanto atuação no social, e autoria, enquanto reinvenção de si mesmo. Uma postura reflexiva e criativa diante do mundo. Ao mesmo tempo em que sua ação produz mudança no mundo e passa por diversos processos de escultura de si.

As experiências educativas do ICMBio são, em sua maioria, realizadas com pessoas adultas, e por esse motivo são pensadas também a partir da perspectiva da andragogia –definida, segundo Pierre Furter (1974), como filosofia, ciência e técnica da educação de adultos, que abrange o autodidatismo e a necessidade do estudo coletivo.

Fruto de um processo histórico, social, afetivo, econômico e cultural, o adulto é um ser em mudança que carrega consigo valores e princípios construídos durante toda sua vida. Ao mesmo tempo em que ocorrem transformações físicas, com ritmos diferentes e em múltiplos aspectos, ele vai vivenciando novas composições nos processos de subjetivação. Por isso é fundamental que se leve em conta o processo de transformação pelo qual passa, o conceito que tem de si mesmo e as motivações para aprender algo novo.

Afirmamos que existem especificidades nos processos educativos voltados para essa faixa etária, pois é preciso considerar que o adulto se envolve mais intensamente no percurso formativo, quando percebe que determinada aprendizagem pode ajudá-lo a compreender e resolver problemas pessoais, sociais ou profissionais concretos.

O planejamento de um curso para esse segmento etário deve considerar o significado imediato que a proposta tem para o adulto/educando e potencializar sua capacidade inventiva, de busca, investigação e reinvenção de si e de sua relação com os outros e com o mundo.

A cada nova função exercida socialmente, novos desafios se apresentam e podem gerar situações de pressão e a necessidade de aprendizado. Essa relação dinâmica com o novo, o mundo e o outro mobiliza novos estados cognitivos que produzem transformações no seu modo de existir.

Este modo como olhamos para o adulto dialoga com a concepção da Educação Popular, que vê o educando adulto como “um portador de ideias, dotado frequentemente de alta capacidade intelectual, que se revela espontaneamente em sua conversação, em sua crítica aos fatos, em sua literatura oral. [...] revela uma capacidade de apreensão e uma agudeza de vistas” (PINTO, 2007, p. 83). O processo formativo pensado na perspectiva da andragogia possibilita a composição da confiança entre os envolvidos, a inclusão, o acolhimento e o diálogo com os saberes já existentes.

Para nós, cabe ao educador respeitar e valorizar as experiências vividas pelos educandos, suas responsabilidades sociais e seus saberes. Além de realizar um trabalho que ultrapasse o conhecimento fragmentado, rígido e fundamentado em certezas absolutas, é necessário que ele saiba apreciar, com capacidade crítica e compreensiva, as contribuições advindas dos diversos pontos de vista e das muitas e diferentes experiências. Atuando dessa forma, poderá contribuir para a gestação de novos modos de viver a partir de um trabalho interdisciplinar.

É importante deixar claro que a metodologia adotada nos processos educativos que ocorrem no Instituto tem como perspectiva ultrapassar a mera sequência de passos como orientação didática. Ao falarmos de metodologia, referimo-nos à relação existente entre teoria, prática e experiência; à interface entre o pensar, o refletir, o reconstruir e o reinventar novas tecnologias de conhecimento; a conflitos e contradições que movem a ação pedagógica do dia a dia. Enfim, falamos de algo que não está pronto, mas em processo contínuo de constituição.

Podemos dizer que no ICMBio nos aproximamos de uma abordagem que se opõe às verdades preestabelecidas e ao reducionismo das técnicas. Essa opção exige de nós o reexame teórico-prático constante, pois estabelecer a relação entre o existente e o possível, o conhecimento do presente e as possibilidades futuras ainda é uma habilidade que estamos construindo.

Essa perspectiva requer um olhar plural, na contramão do proposto pelo modelo convencional de educação. Por esse motivo, as metodologias adotadas no ICMBio são múltiplas. Possuem em comum o princípio de que o fazer pedagógico é uma ação política e a educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização que pode, portanto, contribuir com os processos de emancipação política, afetiva e intelectual.

Por fim, compreendemos a avaliação do processo educativo como uma ferramenta que possibilita a criação de uma cultura de mudança, de atualização contínua e do aperfeiçoamento de estratégias para a melhoria das ações, implicando na participação efetiva dos diversos atores envolvidos.

Essa forma de conceber a avaliação possibilita circularidade às práticas educativas, na medida em que auxilia no acompanhamento dos objetivos definidos, e coloca tanto o educando como o educador na condição de avaliar o seu próprio desempenho, reconhecendo seus avanços e suas dificuldades em um processo de formação. É importante ressaltar que a reflexão e a autoavaliação já integram a cultura de avaliação do ICMBio, envolvendo tanto aspectos relacionados aos processos de ensino-aprendizagem como os processos de avaliação de reação e impacto.

3. MARCO OPERACIONAL

O Marco Operacional é a parte do Projeto Político-Pedagógico que trata da descrição das ações educativas presentes no Instituto. Sua relação com os Marcos Situacional e Referencial se revela no modo como as práticas educativas se desenvolvem.

Existe uma pluralidade de experiências educativas em curso no ICMBio. As experiências ocorrem tanto como parte do projeto institucional de formação dos seus servidores, como em diálogo com a sociedade civil e outras instituições governamentais e não governamentais.

Ao visitarmos as experiências em curso no ICMBio, identificamos uma gama de práticas educativas, revelando diferentes atores e escalas distintas, assim como um conjunto bem diverso de ações em relação ao público alvo, aos espaços e às estruturas, à abrangência, às especificidades dos conteúdos trabalhados e à intencionalidade educativa e pedagógica. Essas práticas envolvem desde eventos pontuais de sensibilização a intervenções continuadas com finalidade de transformações mais profundas em uma comunidade ou sociedade, visando à participação social qualificada no processo compartilhado de gestão dos recursos naturais.

Registrar essa “ecologia de saberes e fazeres” é um grande desafio. Durante o percurso de elaboração do PPP preocupamo-nos com o como revelar toda riqueza dessas ações educativas, de modo que pudéssemos aprender com elas e, assim, potencializar ainda mais as práticas formativas em busca de concretizar a missão do ICMBio na sociedade: “Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”.

É importante lembrar que, quando nos reportamos ao ICMBio, estamos nos referindo a mais de 380 diferentes unidades organizacionais, entre a Sede, Centros de Pesquisa e Conservação, Coordenações Regionais, Unidades de Conservação, Unidades Avançadas de Administração e Finanças e Bases, dispersas nas 27 Unidades da Federação, em todos os Biomas, em áreas no continente e insulares, em diferentes ambientes e estágios de implementação. Somada a isso, temos a múltipla e complexa missão do Instituto, concretizada nas mais diferentes frentes de atuação.

Por reconhecermos a dinamicidade em que esses fazeres se inserem, este documento não tem como finalidade esgotar toda a riqueza formativa presente no ICMBio. E, por essa razão, apresenta algumas ações educativas que compõem o rico “cardápio de aprendizagem” disponível no Instituto, revelando suas potencialidades, desafios e contribuições.

O cardápio [...]nessa perspectiva apresenta um conjunto de itens disponíveis para serem “saboreados” ou aprendidos, construídos e produzidos. Dessa forma, um cardápio de aprendizagem pode incluir desde uma palestra como ação pedagógica até uma estrutura física que pode ser educadora ou educativa, e um programa amplo de formação territorial. Pode ser acessado tanto internamente quanto externamente. E nessa analogia, o cardápio pode ser acessado por alguém que necessita da vitamina A ou E. Por indivíduos que tenham expectativas de aprofundar um conteúdo; ou por um território que deseja agir para a recuperação das suas áreas degradadas; ou por um conjunto de atores que necessita aprender os mecanismos de captação de recursos e desenvolver seu próprio cardápio de aprendizagem local. (BRASIL, 2006c, p. 71-72)

Ao sistematizarmos essas experiências, contribuímos para que o esforço humano até aqui empreendido se aprimore e sirva de base para novas políticas de formação dos servidores, bem como para novos processos educativos com a sociedade civil como um todo. Temos presente que a ação institucional possui imbricada uma intencionalidade educativa, com o foco em processos de formação, participação, construção coletiva, acolhimento das diferentes visões, cooperação e resolução de conflitos.

3.1. O fazer educativo no ICMBio

Dada a pluralidade dos processos formativos identificados no ICMBio, elegemos algumas práticas relacionadas a diferentes áreas da instituição para serem apresentadas com detalhamento no Marco Operacional.

Com a intenção de promover uma visão geral da sua atuação político-pedagógica, apresentamos um quadro com as principais ações educativas que ocorrem no âmbito do Instituto. Este quadro integra as áreas temáticas: Comunicação; Educação Corporativa; Criação, Planejamento e Avaliação de UC, Proteção; Uso Público e Negócios; Consolidação de Limites e Regularização

Fundiária; Gestão Socioambiental; Populações Tradicionais; Manejo para a Conservação; Pesquisa e Monitoramento Ambiental; e Autorização no Processo de Licenciamento de Empreendimentos com Impactos sobre UC, conforme ilustra a Tabela 6.

Tabela 6 - Principais ações educativas que ocorrem no âmbito do ICMBio

Áreas temáticas	Ações educativas
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação de notícias sobre ações do Instituto no <i>ICMBio em Foco</i>, página da web do ICMBio, informativos gerais via <i>e-mail</i> e em redes sociais (Facebook), tendo como objetivo comunicar a sociedade de forma geral e o quadro de funcionários do Instituto.
Educação Corporativa	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecimento de eventos de capacitação organizados pela própria instituição, tanto presenciais como em Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA (EaD). • Licença para capacitação. • Programa Biolíngua. • Mestrado Profissional Biodiversidade em Unidades de Conservação, em parceria com ENBT e Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ. • Exigência de horas de capacitação para fins de promoção. <p>No aprimoramento de mecanismos para assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de política de divulgação dos eventos de capacitação de forma ampla. • Implementação de política institucional para avaliar e conceder afastamentos para capacitação de curta (88 horas), média (88 a 360 horas) e longa (mais de 360 horas) duração, horário especial para estudante e licença para capacitação.

<p>Criação, Planejamento e Avaliação de UC</p>	<p>Na criação e na alteração de limites de UC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações educomunicativas prévias a consultas públicas. • Processos de construção coletiva e dialógica com as comunidades envolvidas. • Comunicação em consultas públicas para aprovação de alteração/definição de limites e proposta de zoneamento de UC. • Sensibilização de proprietários de terras para criação de RPPN. <p>Na elaboração e na revisão de Planos de Manejo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos de construção coletiva e dialógica para elaboração de planos de manejo participativos junto com a comunidade. • Realização de consultas públicas para publicação de Plano de Manejo. <p>Na gestão de mosaicos de áreas protegidas e Corredores Ecológicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos de construção coletiva e dialógica ocorridos em reuniões, seminários; cursos com a participação de representantes de estados, municípios, proprietários de RPPN e terras indígenas e outros membros que compõem os mosaicos e os corredores.
<p>Proteção</p>	<p>Na Fiscalização de infrações ambientais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de atividades rotineiras de fiscalização que usam de uma abordagem com vistas à orientação até aplicação de sanções e uso do poder de polícia para infrações ambientais relacionadas às UC. • Atendimento ao público para sanar dúvidas e expor os procedimentos de recursos. • Publicação de resultados de processos de autos de infração no DOU e <i>site</i> ICMBio. <p>Na atuação em emergências ambientais:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de cursos e palestras sobre prevenção e/ou combate de incêndios, manejo do fogo e queima prescrita e campanhas de prevenção de incêndios. • Cursos de formação de brigadistas. • Realização de eventos de sensibilização para formação de brigadas voluntárias. <p>Na realização de monitoramento ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Publicação de boletins de desmatamento, focos de calor e risco de incêndios.
Uso público e Negócios	<p>Na promoção de atividades de visitação, uso público e recreação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação visual em trilhas interpretativas e centro de visitantes. • Realização de cursos de formação de condutores de visitantes. • Realização de atividades de Educação Ambiental e sensibilização com os visitantes das UC. • Realização de capacitações, para servidores e colaboradores, sobre planejamento de uso público em UC, metodologias de contagem de visitantes e monitoramento de impactos da visitação. • Realização de atividades e capacitações sobre interpretação ambiental com agentes turísticos locais. • Elaboração e publicação de material informativo, interpretativo, educativo, expositivo, etc. • Programa de Voluntariado em UC, que ocorre na área de uso público. <p>Na geração de serviços e negócios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de capacitações sobre pesquisas de mercado, empreendedorismo, gestão financeira, negociação, <i>marketing</i>, atendimento ao público, atendimento ao cliente. • Realização de pesquisas de mercado referentes a demandas

	por atividades de visitação e satisfação do visitante.
Consolidação de Limites e Regularização Fundiária	<p>Nas ações relacionadas à regularização fundiária de Unidades de Conservação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões, palestras e encontros com proprietários e posseiros, referentes aos procedimentos necessários para indenizações e compensação de reserva legal ou outros mecanismos. • Orientação direta com posseiros e proprietários; <p>Nas ações relacionadas à consolidação dos limites das Unidades de Conservação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização para esclarecer o processo de demarcação e sinalização e informar como será a participação da comunidade.
Gestão Socioambiental	<p>Na área da Gestão Participativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de eventos de sensibilização e orientação para formação de conselhos. • Realização de ações de capacitação de conselheiros. • Realização de reuniões periódicas de conselhos. • Apoio a consultas amplas à sociedade. <p>Na Gestão de Conflitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção de reuniões interinstitucionais, com o intuito de minimizar e solucionar conflitos territoriais em UC. • Elaboração de termos de compromissos e acordos de gestão com as partes envolvidas. <p>Na área de Educação Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção de estratégias de comunicação e processos educacionais com atores sociais no contexto da gestão pública da biodiversidade e das unidades de conservação federais. • Formação de educadores ambientais, tanto servidores como outros atores sociais. • Produção de materiais pedagógicos e audiovisuais.

	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de canais de comunicação, como apoio à implementação da ENCEA: <i>site</i>, <i>Facebook</i>, canal com vídeos educativos na área ambiental. • Promoção da Educação Ambiental na gestão pública da biodiversidade e das unidades de conservação (nas UC federais, mosaicos e Centros de Pesquisa e Conservação do ICMBio).
Populações Tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à produção, ao beneficiamento, à certificação e à comercialização dos produtos da sociobiodiversidade, com a realização de diagnósticos, cursos de capacitação, assistência técnica, intercâmbios, articulação de parcerias, etc. • Orientação e apoio em programas como o Bolsa Verde; • Produção de informação e materiais de orientação para acesso às políticas públicas. • Capacitação e fortalecimento da organização social das populações tradicionais. • Oficinas de mobilização e construção participativa de regras de uso e manejo de recursos naturais.
Manejo para a Conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração participativa de listas de espécies ameaçadas e Planos de Ação para Conservação de Espécies e sua monitoria. • Publicação dos Planos e realização de oficinas de trabalho e seminários. • Bolsas do PIBIC – Seminários de Práticas Inovadoras de Gestão IPE.
Pesquisa e Monitoramento Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação da revista científica <i>Biodiversidade Brasileira</i> e do boletim <i>Pesquisa, Conservação & Sociedade</i> e manutenção do <i>Portal da Biodiversidade</i>. • Realização de reuniões científicas e oficinas de trabalho com outros atores importantes para conservação da biodiversidade. • Coordenação do programa PIBIC, de estágios remunerados.

	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de Seminários de Pesquisa e Iniciação Científica no ICMBio. • Programa de voluntariado para ações de Pesquisa e Monitoramento.
Autorização no Processo de Licenciamento de Empreendimentos com Impactos sobre UC	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação/discussão de EIA/RIMAS em reuniões de conselhos e nas próprias audiências públicas.

Optamos aqui por identificar, organizar e refletir a realidade do conjunto mais abrangente de práticas, a partir do entendimento de que os processos educativos realizados no ICMBio podem ser agrupados da seguinte forma:

- Educação do seu corpo funcional, que está no âmbito da Educação Corporativa, sob responsabilidade da CGGP, e que é implementada, muitas vezes, em parceria com os processos finalísticos do ICMBio;
- Educação em interface com outros atores sociais, que tem sido implementada por alguns processos finalísticos e que está no âmbito da Educação Ambiental; e
- Outras ações educativas associadas a processos finalísticos do ICMBio.

As ações anunciadas a partir dos segmentos acima serão descritas de modo a considerar a sua definição e detalhamento; os responsáveis por sua realização; o público-alvo; os objetivos e os conhecimentos envolvidos; os espaços e as estruturas onde acontece; o modo como se organizam; as etapas que as integram; suas fragilidades; as potencialidades e as proposições de alternativas para sua melhoria; e a forma como essas ações contribuem para que a missão do ICMBio se realize.

3.2. Educação Corporativa

As ações da Educação Corporativa estão pautadas na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – PNDP – e na Política de Desenvolvimento de Pessoas– PDP – do ICMBio, e ambas têm o Plano Anual de Capacitação – PAC – como seu principal instrumento de planejamento.

O ICMBio publica anualmente seu PAC por meio de portaria institucional e prevê metas estratégicas e recursos financeiros para a execução de ações de capacitação no Instituto. Ele assegura e promove a implementação de um programa de educação sistemático e continuado, que atenda às necessidades institucionais, e traz em seu anexo oportunidades de aprendizagem oferecidas pelo Instituto na perspectiva de um amplo programa de educação continuada.

O PAC também prevê metas para afastamentos em capacitações de demanda espontânea (ex. cursos, estágios, conferências, congressos, encontros, fóruns, seminários ou similares) e educação formal (Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado).

Os processos de formação contidos no PAC são categorizados em quatro eixos:

- Formação inicial que prevê a oferta de cursos a servidores recém-ingressados no órgão.
- Formação básica, integrando cursos a todos os servidores, independentemente do cargo exercido ou da área em que atuam.
- Formação técnica, destinando cursos a grupos ou segmentos específicos de servidores em razão do cargo exercido ou da área em que atuam. Nesse eixo os eventos de capacitação são agrupados por similaridade temática em ciclos de formação: Administrativo; Conservação e Manejo da Biodiversidade; Gestão Participativa; Educação Ambiental; Gestão de UC; Consolidação Territorial; Uso Público; Geoprocessamento; Monitoramento da Biodiversidade; Proteção e Formação de Instrutores; e
- Formação gerencial, com cursos destinados a servidores que exercem função gerencial.

Essa organização por eixos está prevista na Política de Desenvolvimento de Pessoas do ICMBio e está relacionada à intencionalidade de incorporar conceitos

como cardápios de aprendizagem e trilhas de aprendizagem, que são, respectivamente, as diferentes opções de aprendizagens à disposição do servidor e o caminho de formação escolhido a ser percorrido, com o propósito de desenvolver competências que tenham valor no nível individual e institucional.

Os cursos ofertados podem ocorrer na modalidade presencial, a distância ou mista, organizados em ciclos abertos ou fechados. No Ciclo Aberto o aprendiz escolhe os eventos de capacitação dentro de um mesmo ciclo, com múltiplas possibilidades de caminhos. No Ciclo Fechado os aprendizes são os mesmos ao longo de todo o processo educativo daquela temática.

A docência dos cursos promovidos pelo ICMBio é exercida, prioritariamente, por servidores da própria instituição. Em algumas ocasiões conta-se com a participação de colaboradores de outras escolas de governo, de instituições parceiras ou de especialistas contratados, principalmente em temas sobre os quais o corpo de instrutores do Instituto ainda não detém a *expertise*. O ICMBio optou por investir na formação de instrutores do seu quadro funcional, visando valorizar a experiência e os talentos internos e atender especificidades de construção do conhecimento do órgão.

Há um amplo leque de competências requeridas para as frentes de atuação no Instituto, as quais não se encontram reunidas em uma única formação acadêmica específica. Esses conhecimentos e atividades práticas estão esparsos em diferentes cursos de graduação e pós-graduação ou em alguns poucos cursos específicos desenvolvidos por instituições especializadas. Muitos dos conhecimentos que fazem parte das práticas dos servidores foram desenvolvidos e aprimorados empiricamente no dia a dia do trabalho.

O ICMBio reconhece o conhecimento consolidado no cotidiano e investe nas potencialidades dos sujeitos que integram a instituição, assumindo que eles estão, simultaneamente, em contínuo processo de aprendizagem e prontos para contribuir como educadores junto aos seus pares. Nessa perspectiva, o Instituto investiu na identificação de servidores com domínio de conhecimento em temas específicos e interesse em atuar na área da educação, e passou a oferecer capacitações em instrutoria por meio dos Cursos de Formação de Instrutores – CFI. Os eventos e os cursos de capacitação organizados pelo ICMBio têm contribuído para a formação de

uma cultura educacional organizacional em que o conhecimento possa se tornar patrimônio de todos.

3.2.1. Eventos e cursos organizados via Plano Anual de Capacitação

A Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – CGGP –, por meio da Educação Corporativa e do Comitê Gestor de Capacitação, em parceria com as áreas finalísticas do ICMBio, promove eventos de capacitação, prioritariamente para os servidores do Instituto, podendo contar com o apoio e a participação de instituições e colaboradores parceiros.

Os eventos considerados essencialmente de capacitação de servidores são previstos no Plano Anual de Capacitação – PAC – e executados com recursos específicos, destinados pelo Ministério do Planejamento para esse fim. Há eventos no PAC que recebem financiamento integral ou parcial de outras instituições, e também são realizadas pelo ICMBio capacitações não previstas no PAC e integralmente financiadas por parceiros ou pela obtenção de recursos das áreas finalísticas.

Alguns cursos, quando parcialmente custeados por outros órgãos, podem prever turmas mistas, com a participação de outros parceiros e pessoas estratégicas, a exemplo de agentes públicos das esferas estadual e municipal de outros órgãos federais (MMA, INCRA, IBAMA), pesquisadores, conselheiros de unidades de conservação e mosaicos, professores das redes de ensino do entorno ou de dentro de UC, agentes comunitários, parceiros da gestão das UC, entre outros.

As ações formativas previstas no PAC são relacionadas a diferentes áreas de conhecimento e são categorizadas conforme sua temática e público-alvo. Podem envolver formação inicial para todos os servidores ou ainda abordar temas para públicos específicos, tais como o setor Administrativo, de Conservação e Manejo da Biodiversidade, da Educação Ambiental, de Formação de Instrutores, Geoprocessamento, Gestão de UC e Consolidação Territorial, Gestão Participativa, Monitoramento da Biodiversidade, Proteção e Uso Público.

O objetivo desses eventos é desenvolver competências para intensificar a efetividade dos serviços prestados à sociedade, alinhados à missão do ICMBio e às metas institucionais. Além disso, por meio da promoção de eventos de capacitação, o ICMBio busca o desenvolvimento contínuo dos servidores do seu quadro funcional e o fortalecimento de uma cultura institucional mais congruente, com servidores mais motivados e comprometidos com o seu trabalho e a missão do Instituto.

A maior parte dos cursos do PAC se desenvolve dentro da ACADEBio, e alguns também ocorrem em outros locais da instituição (sede do ICMBio, UC, Centros) ou em locais não administrados pelo Instituto. A decisão de realizar cursos fora do espaço da ACADEBio geralmente está relacionada a recorte geográfico do público-alvo, ou a alguma característica específica do curso, que não possa ser atendida pelo espaço da ACADEBio. Hoje há uma demanda crescente pelo uso da EaD, principalmente por uma avaliação de custo/benefício.

O processo de oferta de um curso pelo PAC do ICMBio é fruto das fases de Avaliação das Necessidades de Capacitação (ANC), coordenada pela Educação Corporativa, com a participação do CGCAP e da ACADEBio. A Avaliação envolve as seguintes etapas: Levantamento das Necessidades de Capacitação (LNC), por meio da análise dos cursos PAC executados no ano anterior e pesquisa de demanda com servidores, coordenações regionais, Unidades de Conservação, Centros e UAFs; Consolidação da demanda de capacitação e elaboração de proposta de PAC; Apresentação ao CGCAP para ajustes e aprovação; Deliberação do Conselho Gestor, formado pelos diretores e pelo presidente do ICMBio; e, por fim, Publicação do PAC.

A partir do PAC publicado, o planejamento dos eventos é realizado com os representantes das áreas temáticas e os instrutores, em conjunto com a ACADEBio, em várias etapas: análises dos relatórios de avaliação dos anos anteriores; solicitação de abertura de processo; definição do período do curso, de objetivos, público-alvo; elaboração de planos de curso, de aula; definição de conteúdos, metodologias, carga horária, avaliação, equipe de instrutores, coordenação e equipe de apoio, recursos financeiros, perfil dos participantes, número de vagas e materiais. Segue com o fechamento do Edital e a divulgação do curso, a abertura do processo seletivo, a seleção e a divulgação dos selecionados e a compra de passagens.

Ainda que ocorram fora de seu espaço, os eventos PAC recebem suporte da Educação Corporativa, principalmente nas fases de planejamento, avaliação e emissão de certificados. Contudo, nesses casos, a logística da fase de execução é realizada pelos coordenadores do curso, os quais se responsabilizam pela organização dos espaços, preparação de material, oferecimento de refeição e alojamento e trâmites para pagamento de diárias, caso necessário.

Quando os cursos do PAC são realizados dentro do espaço da ACADEBio, sua equipe organiza e dá suporte a toda a logística na fase de execução do evento. Esse apoio se constrói desde a fase de planejamento, com a previsão de espaços, equipamentos, materiais e serviços de apoio logístico a serem utilizados. Durante a fase de execução, os coordenadores de cursos e os pontos focais do setor pedagógico da ACADEBio ficam em contato direto durante o evento. Os pontos focais ficam à disposição do curso durante sua execução.

Não há uma forma única e padrão de avaliação e replanejamento dos eventos. O padrão mínimo para todos os cursos é a realização de “avaliação de reação”, por meio da aplicação de um questionário, a fim de mensurar a qualidade do curso, tanto na visão dos instrutores como na visão dos participantes. Nesse formulário há perguntas objetivas e dissertativas abertas sobre vários aspectos do evento, como organização, conteúdo, estrutura, recursos pedagógicos, instrutoria e considerações sobre a aprendizagem do aluno.

O objetivo da avaliação de reação é de qualificar o curso, oferecer uma devolutiva para a equipe envolvida em sua coordenação e execução para fins de replanejamento e elaborar relatórios de gestão da CGGP. As devolutivas têm sido elaboradas e sistematizadas pela Educação Corporativa, e suas fases integram a sistematização das avaliações de reação pela Educação Corporativa; o encaminhamento de relatórios para o “ponto focal pedagógico” e para coordenação técnica do curso; e o envio do relatório para os instrutores.

Desde 2013, alguns cursos também realizaram a “avaliação de impacto”, a fim de medir a efetividade da capacitação, a forma como ela contribui para a consolidação de objetivos e metas institucionais, e também para orientar o replanejamento dos cursos. Essas avaliações são realizadas por meio de questionários padrão para o aluno cursista e sua chefia imediata, com questões que envolvem a aplicação direta dos conteúdos abordados, as condições conjunturais e

possíveis ações de compartilhamento dos conhecimentos com os colegas. A consolidação dessa prática avaliativa ainda está em curso.

Por fim, há cursos que avaliam a assimilação das competências trabalhadas pelos participantes e também servem para fins de certificação. Cada curso pode optar por realizar avaliações de forma escrita ou a partir de exercícios práticos e/ou de campo; ou pode, ainda, propor a elaboração e a execução de projetos a serem aplicados posteriormente com a monitoria dos coordenadores de curso.

O cardápio de cursos ofertados via PAC é bastante diverso e variável ano a ano. Apresentaremos a seguir as propostas mais consolidadas, com informações mais detalhadas dos seguintes cursos: Cursos de Formação de Instrutores (CFI); Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade; Curso de Ambientação; Curso de Gestão Socioambiental; Curso de Formação em Fiscalização Ambiental; Curso de Abordagem, Armamento e Emprego de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo; Ciclo de Formação em Gestão para Resultados; e Cursos de Geoprocessamento.

3.2.1.1. Cursos de Formação de Instrutores (CFI)

O Curso de Formação de Instrutores (CFI) – Módulo Didática tem o objetivo de formar instrutores para atuar nos diversos cursos promovidos pela instituição. Ele é destinado a servidores de diversas áreas do conhecimento, o que promove o intercâmbio de saberes no processo de ensino-aprendizagem nos eventos do ICMBio.

O curso busca qualificar a atuação dos servidores em ações de ensino, viabilizando aos formados a reflexão sobre as formas de comunicação entre instrutores e educandos. Vislumbra pautar a relação entre educador e educando, promover o desenvolvimento de habilidades e a utilização de ferramentas para facilitação do processo ensino-aprendizagem e orientar o planejamento, a elaboração, a execução, a monitoria e a avaliação de processos educativos de cursos previstos no PAC. Os conteúdos abordados nesse módulo envolvem temáticas como andragogia, educação para fortalecimento de competências, ética, didática, postura em sala de aula, planejamento e execução de cursos e aulas, entre outras. A duração de cada curso totaliza cerca de 70 horas.

Até abril de 2016 o ICMBio executou sete Cursos de Formação de Instrutores. Além dos cursos básicos de formação de instrutor, cada área temática executa atividades de aprofundamento e atualização. Em decorrência de especificidades na abordagem pedagógica, algumas áreas já organizaram Módulos Específicos: CFI Brigadas de Incêndio, CFI Fiscalização e Tiro (módulos pedagógico e prático) e CFI Gestão Participativa.

A atribuição de instrutoria é regulamentada por portaria (ICMBIO, 2014a) que dispõe sobre o pagamento de gratificação por encargo de curso e define sobre suas atribuições (Portaria Normativa n.º 09, de 12 de fevereiro de 2014). A aprovação do servidor na avaliação do CFI - Didático é o pré-requisito para ele possa ser um educador portariado pelo Instituto. Atualmente o ICMBio conta com 257 servidores reconhecidos em seu Quadro de Instrutores (Portaria 340, de 8 de julho de 2010, com inclusões até abril de 2015) (ICMBIO, 2010b).

3.2.1.2. Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade

Esse curso de formação inicial, destinado aos novos servidores da área ambiental, tem o objetivo de proporcionar aos novos servidores, analistas e técnicos ambientais, uma visão ampla do ICMBio e promover o desenvolvimento de competências acerca dos temas relacionados às suas atividades nas unidades descentralizadas. É um curso intensivo, geralmente de quatro semanas, com aulas teóricas e práticas sobre gestão ambiental pública, relacionamento com a sociedade, instrumentos de gestão e pesquisa. Aborda também assuntos relacionados às atividades administrativas. Os servidores são capacitados e qualificados como agentes de fiscalização. Desde o primeiro Curso em 2009 até 2016, já houve 4 edições e foram capacitados 346 servidores.

3.2.1.3. Curso de Ambientação

Também de formação inicial, esse curso é destinado aos novos servidores da área administrativa (analistas e técnicos administrativos). O objetivo é introduzir aos novos servidores conhecimentos acerca do desenvolvimento de suas atividades. Ele é mais curto que o Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade, voltado

aos analistas ambientais. No período de cerca de uma semana são realizadas apresentações de diversos temas: informações sobre a estrutura e o funcionamento do ICMBio, a carreira de Especialista de Meio Ambiente, o planejamento estratégico e projetos em andamento em suas áreas temáticas.

3.2.1.4. Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental

O objetivo deste curso é contribuir para a formação de gestores e outros atores sociais mais críticos e conscientes da complexidade (histórica e sociopolítica) e dos desafios inerentes à gestão ambiental pública, buscando uma atuação mais qualificada e articulada nos seus territórios de atuação. É voltado para servidores do ICMBio, porém podem participar também agentes de UC estaduais e demais atores sociais envolvidos na conservação da biodiversidade (conselheiros de UC, comunitários, parceiros do ICMBio, etc.), com apoio de parceiros, como GIZ e ARPA.

Em 2010 surgiu uma primeira iniciativa de formação na área socioambiental: o Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa de Áreas Protegidas. Desde o início, buscou-se resgatar a experiência da educação ambiental na gestão pública, construída por educadores do IBAMA, e dar continuidade a ela.

No ano de 2011, foi realizada a primeira edição do Curso de Formação em Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade, fundamentado nos princípios da educação crítica e na perspectiva de que o gestor adquira conhecimentos sobre gestão ambiental e sobre elementos constituintes da prática educativa, de maneira a ser capaz de planejar e coordenar processos educativos em diferentes contextos socioambientais.

Em 2012, como uma iniciativa para capacitar servidores na temática de conflitos territoriais em unidades de conservação, a Coordenação de Gestão de Conflitos Territoriais – COGCOT – ofereceu um Curso de Elaboração de Termos de Compromisso. No ano seguinte, houve a primeira edição do Curso de Gestão de Conflitos propriamente dito (FONTANA et al., 2015).

E, em 2014, as equipes pedagógicas dos três cursos implementaram a primeira edição do Curso de Gestão Socioambiental, que resultou da integração desses três cursos, com o propósito de fortalecer a formação socioambiental dos servidores e

parceiros do ICMBio. Até o momento 380 participantes foram capacitados em gestão socioambiental.

O Curso de Gestão Socioambiental possui três linhas temáticas. Os candidatos escolhem uma delas no ato da inscrição, de acordo com seu interesse, a saber:

a) Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade, com objetivo de promover a formação de educadores ambientais aptos a desenvolver processos educativos com grupos sociais relacionados à gestão da biodiversidade, na perspectiva da Educação Crítica (172 horas presenciais e 30 horas EaD).

b) Participação Social na Gestão da Biodiversidade, com o objetivo de motivar, ampliar e qualificar a gestão participativa da sociobiodiversidade (210 horas presenciais e 50 horas EaD)

c) Gestão de Conflitos Socioambientais na Conservação da Biodiversidade, com o objetivo de contribuir para a ampliação da capacidade institucional para lidar com as múltiplas dimensões de conflitos relacionados à gestão das unidades de conservação e à execução das políticas de conservação da biodiversidade (38 horas presenciais e 22 horas EaD)

Os inscritos participam de três módulos gerais para todos (introdução e seminários) e outros específicos de cada linha temática. Os cursos contam com atividades de Educação a Distância (EaD), com o objetivo de preparar o cursista para os momentos presenciais.

3.2.1.5. Curso de Formação em Fiscalização Ambiental

Este curso objetiva aprimorar as competências relacionadas à fiscalização para evitar e coibir a ocorrência de ilícitos ambientais nas diversas regiões em que o Instituto atua, buscando cumprir a missão institucional, no que tange ao exercício do poder de polícia para a proteção das Unidades de Conservação federais. A formação dos servidores do ICMBio como fiscais ambientais e sua decorrente prerrogativa como agentes públicos de controle de infrações ambientais depende da certificação desse curso e da portaria de nomeação. Assim, os cursos são de suma importância e têm impacto direto na força de trabalho de proteção ambiental do Instituto. Devido às especificidades, também são realizados os módulos específicos de Fiscalização de Fauna, Fiscalização de Flora e Fiscalização de Pesca.

3.2.1.6. Curso de Abordagem, Armamento e Emprego de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo

A concessão de porte institucional de armas de fogo para atividades de fiscalização está condicionada à aprovação neste curso, cujo objetivo envolve a qualificação técnica e a avaliação da aptidão psicológica de agentes de fiscalização para o manuseio de arma de fogo e o emprego de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo – IMPO. O curso compreende Teste de Aptidão Psicológica, além de atividades teórico-práticas sobre abordagem e emprego de armamentos, todos de caráter eliminatório. Periodicamente são realizados os cursos de atualização, para fins de renovação de portes de arma a vencer. Junto com os cursos de Fiscalização, foram capacitados, no total, 1789 participantes.

3.2.1.7. Ciclo de Formação em Gestão para Resultados

Em agosto de 2012 o ICMBio deu início ao primeiro Ciclo de Formação em Gestão para Resultados – PRG –, com o apoio Financeiro da GIZ/GOPA. Esse Ciclo foi uma ação de formação que teve por objetivo criar uma rede de gestores e facilitadores capazes de multiplicar práticas de gestão e adoção de novos hábitos e comportamentos gerenciais, a fim de implementar a Gestão para Resultados qualificada em todas Unidades Organizacionais do ICMBio: Unidades de Conservação, Sede, Coordenações Regionais e Centros de Pesquisa. Desse ano até 2016 foram realizados três Ciclos de PGR, capacitando 38 gestores. A quarta turma do PGR iniciou-se em 2015 com 23 participantes, com término previsto para 2016. Os participantes produzem uma proposta final, individual ou em dupla, de planejamento e execução de uma intervenção direta em seu trabalho e sua apresentação para uma banca examinadora.

3.2.1.8. Cursos de Geoprocessamento

Como um órgão que executa a gestão territorial da conservação da biodiversidade, em múltiplas escalas, o ICMBio depende da utilização de ferramentas capazes de gerar e sistematizar dados e produzir informações espaciais. Nesse contexto, ferramentas de geoprocessamento surgiram como necessidade crescente em toda a estrutura do ICMBio. Para operar essas ferramentas de forma qualificada, são realizados os cursos na área de geoprocessamento, em diferentes níveis de aprofundamento, desde cursos básicos de navegação e GPS até operação de sistemas de informações geográficas – SIG.

Nos últimos anos muitas versões do curso foram executadas, com 469 participantes capacitados. Em sua última edição, em 2015, foi realizada uma metodologia de capacitação mista, com momentos a distância, presenciais, teóricos e práticos: o primeiro deles foi teórico, com aulas expositivas dialogadas. O segundo foi essencialmente prático, dedicado à familiarização e à edição de dados geoespaciais (*vetoriais e raster*) no *software* QGIS. No terceiro momento elaborou-se um projeto individual – a ser posto em prática pelos discentes em sua lotação, sob orientação dos instrutores – para consolidação de conhecimentos, habilidades e competências adquiridos no curso.

3.2.1.9. Cursos da área de Uso Público

Na área de uso público tem sido realizada uma série de cursos, abordando temas como: planejamento, implementação e gestão do uso público em UC, monitoramento da visitação, sinalização e interpretação ambiental, viabilidade econômico-financeira de serviços de apoio à visitação, à gestão e ao acompanhamento de concessões. Essas formações são realizadas tanto no âmbito do PAC, como também por meio de parcerias com outras instituições, a exemplo do Serviço de Parques e Serviço Florestal Americano. A maior parte desses cursos tem sido executada em unidades de conservação, onde as atividades e os espaços de uso público são aproveitados como estudos de casos pelos instrutores.

3.2.1.10. Outros cursos e incentivos à capacitação

Vários outros cursos, de diferentes linhas temáticas na atuação do ICMBio, também são promovidos pela Educação Corporativa, podendo ter a colaboração de parceiros. Citamos aqui aqueles já realizados na ACADEBio entre 2009 e 2016:

- Ciclo de Capacitação para Gestão Administrativo-Financeira
- Curso de Formação de Gestores – Liderança e Gerenciamento
- Curso sobre o Papel do Gerente na Gestão do Desempenho da Equipe
- Curso Comprasnet para pregoeiros
- Treinamento – Implantação do Sistema de Patrimônio do ICMBio
- Curso sobre Processo Administrativo Disciplinar
- Curso em EaD: Conteúdo, Tutoria e Administração da Plataforma Moodle
- Treinamento em Sistema Eletrônico de Informações – SEI
- Curso de Sistema de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
- Curso de Julgamento e Trâmite de Autos de Infração
- Curso de Armeiro
- Curso de Mecanismos para a Gestão Integrada e Mosaicos de UC
- Curso de Plano de Manejo
- Curso de elaboração de Memorial descritivo e análise de limites de UC
- Curso de Regularização Fundiária de Unidades de Conservação
- Curso de Fotografia da Natureza
- Curso de Aves como Bioindicadores para Monitoramento Ambiental em UC
- Curso de Critérios e Categorias da IUCN na Avaliação do Estado de Conservação de Espécies
- Curso de Espécies Exóticas Invasoras

- Curso de Introduções, Reintroduções, Translocações e Soltura Monitorada de Fauna Silvestre
- Curso de Estatística Aplicada à Conservação
- Curso de Facilitação de Oficinas Participativas de PANs
- Ciclo de Monitoramento da Biodiversidade
- Curso em SIG Aplicado à Avaliação do Estado de Conservação de Espécies de PAN
- Planejamento e Implementação Estratégica do SNUC por meio do Método Padrões Abertos para a Prática de Conservação
- Curso de acesso a PAA/PGPM/PNAE (programas governamentais)
- Curso de Manejo Florestal Comunitário
- Curso de Acesso ao Crédito Rural
- Curso PNGATI – Programa Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas

O oferecimento de eventos de capacitação é uma dentre várias estratégias de que a Educação Corporativa do ICMBio se utiliza para incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais. O conjunto de ações realizadas pelo ICMBio estão alinhadas às diretrizes da PNDP, promovendo vários benefícios aos servidores, dentre os quais destacamos:

- Pagamento de Gratificação de Qualificação para servidores com especialização, Mestrado e Doutorado em áreas relacionadas à atuação do ICMBio.
- Concessão de afastamentos para eventos de curta (88 horas), média (88 a 360 horas) e longa (mais de 360 horas) duração, licenças para capacitação e horário especial para estudante.
- Ajuda de custo para participação em eventos de capacitação.

- Oferecimento do Programa Biolíngue, com ajuda de custo para cursos de idiomas.E
- Possibilidade de participação em Mestrado Profissional Biodiversidade em Unidades de Conservação, em parceria com a Escola Nacional de Botânica Tropical – ENBT – e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ –, provendo ajuda de custo e liberando o servidor para sua participação.

3.3. Educação Ambiental

A Educação Ambiental, como um processo finalístico do ICMBio, atua por meio da Coordenação de Educação Ambiental – COEDU/CGSAM, além de implementar processos formativos para servidores do ICMBio via PAC, como a linha formativa “Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade” dentro do Curso de Gestão Socioambiental. Também promove ações educativas com grupos sociais no contexto da gestão pública da biodiversidade, integrando grupos sociais residentes, beneficiários e/ou usuários de UC, grupos sociais envolvidos nos PAN, entre outros.

Esses processos educativos ocorrem por meio de ações de mobilização e de desenvolvimento de capacidades e abordam diferentes temáticas – fortalecimento da igualdade de gênero, protagonismo jovem, acesso a políticas públicas, associativismo, produção sustentável, promoção da saúde – no contexto socioambiental, com o objetivo de contribuir para a participação social das comunidades na gestão ambiental, de forma comprometida, qualificada e equilibrada em sua representação.

As ações realizadas pela COEDU nas UC e nos Centros de Pesquisa e Conservação acontecem em diferentes espaços educativos, como o território das unidades, ou associadas a espaços de atuação dos Centros de Pesquisa, ou mesmo na ACADEBIO (quando parceiros participam de cursos junto com os servidores).

Como princípio da EA, toda ação educativa é precedida pela realização de diagnóstico, a fim de compreender o contexto socioambiental do território; identificar os problemas, os conflitos e/ou as potencialidades ambientais, os atores sociais envolvidos nesse contexto; e priorizar sujeitos da ação educativa e demandas de desenvolvimento de capacidades.

A COEDU apoia as ações comunicativas, seguindo os princípios da educomunicação socioambiental, que seguem valores da dialogicidade, da participação e da autonomia (MMA, 2008). Isso se dá desde o planejamento da ação educativa, a definição do objetivo e do sujeito para o qual o material será elaborado, até a elaboração do material e as estratégias de divulgação. Os educadores ambientais do ICMBio têm sido capacitados nas competências requeridas para uma atuação educomunicativa, por meio de módulos presenciais do curso de Gestão Socioambiental.

A Educação Ambiental também tem investido na publicação de materiais, tanto impressos (livros, cartilhas, etc.) como digitais. Nos últimos anos divulgou, por meio de uma parceria entre a Coordenação de Educação Ambiental e o Departamento de Educação Ambiental do MMA, a Série “Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação” com cinco cadernos que apresentam conceitos e experiências concretas das UC e oferecem subsídios para reflexão sobre o tema. Estão disponíveis em formato digital em (<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/154-serie-ea-uc>).

Espaços virtuais também têm sido utilizados para divulgação de informações relativas à Educação Ambiental no ICMBio e no Brasil, como o Canal Educachico, no Youtube (<https://www.youtube.com/user/educachico>); a Fanpage "Educação Ambiental – ICMBIO", no Facebook (<https://pt-br.facebook.com/educachico>); e o *site* da Educação Ambiental (<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental>).

Dentre as ações educativas com grupos sociais no contexto da gestão pública da biodiversidade, merecem destaque:

- Educação Ambiental nos processos e instrumentos de gestão da biodiversidade e de Unidades de Conservação – Com a finalidade de envolver e capacitar diferentes atores sociais, especialmente os que estão em vulnerabilidade socioambiental, como as populações extrativistas que residem ou são beneficiárias das UC, são realizadas ações educativas no contexto de processos de gestão pública. Por meio dessas ações, promove-se a participação ativa da sociedade na elaboração, na implementação, no monitoramento e na avaliação de instrumentos de gestão, como conselhos gestores, planos de manejo, acordos de gestão, termos de compromisso, monitoramento participativo da biodiversidade, gestão do fogo, dentre outros.

- Educação Ambiental no fortalecimento da igualdade de gênero – Tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento da igualdade de gênero, do respeito à diversidade, para uma participação social equilibrada e ativa de todos da comunidade na formulação, na implementação, na avaliação e no controle social das políticas públicas, especialmente nas de conservação e desenvolvimento socioambiental. No caso de UC com populações tradicionais, existe a necessidade de maior inclusão de mulheres e pessoas da comunidade LGBT na gestão participativa das unidades e da biodiversidade, em especial nas ações de produção sustentável.

- Educação Ambiental com comunidades escolares – Voltada para o público das escolas no interior e no entorno das UC, tem o objetivo de contribuir para que as escolas possam servir como espaços educadores dentro do território onde estão inseridas. Além disso, a EA busca impulsionar e qualificar a participação de atores estratégicos da comunidade nos processos de gestão ambiental pública, considerando que, muitas vezes, essas pessoas estão dentro das escolas.

- Educação Ambiental na saúde, no saneamento e na qualidade ambiental – Essa ação é voltada para grupos sociais em vulnerabilidade socioambiental, como as populações extrativistas que residem nessas unidades ou são beneficiárias delas, e tem por objetivo abordar aspectos da qualidade, do saneamento e da saúde ambiental com esses atores sociais, a fim de promover o desenvolvimento socioambiental, fortalecer a participação social e garantir a melhoria da qualidade ambiental dessas áreas protegidas. Ainda, busca-se a articulação com parceiros institucionais para implementação de ações que promovam o saneamento e a saúde ambiental com essas comunidades tradicionais em UC.

- Educação Ambiental com juventude em Unidades de Conservação – Voltadas à juventude no interior ou no entorno de UC federais, especialmente oriundas de populações tradicionais, as ações deste segmento buscam promover a participação ativa da juventude na elaboração, na implementação, no monitoramento e na avaliação dos instrumentos de gestão da biodiversidade e das unidades de

conservação; e contribuir para a renovação de lideranças com populações tradicionais e para o desenvolvimento de capacidades para o exercício da cidadania ambiental. Tem-se observado que a juventude é um ator estratégico para a gestão das UC, em especial com as populações tradicionais no seu interior ou no seu entorno.

- Educação Ambiental com populações tradicionais –As ações voltadas às populações tradicionais têm o objetivo de promover o fortalecimento da participação social na gestão da biodiversidade em unidades de conservação com população tradicional por meio de processos educativos que valorizem o modo de vida tradicional dessas comunidades e o diálogo de saberes entre o conhecimento tradicional e o conhecimento técnico-científico. Nesse sentido, busca-se o fortalecimento e o desenvolvimento de competências necessárias à sua maior organização comunitária e à participação na gestão ambiental pública e nos processos decisórios das políticas públicas.

3.3.1. Projetos Político-Pedagógicos em Unidades de Conservação mediados pela Educação Ambiental (PPPEA)

A Coordenação de Educação Ambiental também tem apoiado a elaboração de Projetos Político-Pedagógicos em Unidades de Conservação do ICMBio. É uma estratégia de gestão, na qual se utilizam princípios da Educação Ambiental para a condução do diagnóstico, do planejamento, da implementação, do acompanhamento e da avaliação das ações educativas previstas no PPPEA. É um processo construído de forma participativa com os atores locais envolvidos (instituições públicas, comunidades locais, entidades do segundo e do terceiro setor, etc.). Também pode ser utilizado pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio como estratégia estruturante de suas ações educativas.

São objetivos do PPPEA:

- Promover o diálogo e a reflexão sobre o planejamento, a articulação e a implementação de processos educativos (formais, não formais) necessários à melhor conservação da biodiversidade, à gestão da unidade de conservação e à qualidade de vida dos grupos sociais envolvidos nessa gestão.

- Implementar, nas áreas em que a agricultura familiar é um aspecto relevante do contexto socioambiental das unidades de conservação, o Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar (PEAAF), de forma a:
 - contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável no contexto das unidades de conservação federais;
 - apoiar a regularização ambiental das propriedades rurais no entorno e no interior de unidades de conservação, no âmbito da agricultura familiar;
 - promover a agroecologia e as práticas produtivas sustentáveis.
- Desenvolver estratégias educativas voltadas ao desenvolvimento de capacidades para a gestão territorial, considerando as unidades de conservação federais como polos irradiadores das políticas públicas de conservação da biodiversidade e dialogando com outras políticas locais e regionais, para promover a gestão integrada da conservação e do desenvolvimento socioambiental.
- Promover a Educação Ambiental na gestão das unidades de conservação por meio de processos educativos críticos e participativos, que promovam a capacitação, a comunicação e a mobilização social para uma atuação proativa e qualificada da sociedade nos diferentes espaços de participação cidadã.
- Articular diferentes grupos sociais, entidades do Estado e da sociedade civil organizada, para viabilizar a perenidade dos processos educativos, promovendo a governança ativa entre Estado e sociedade.

Dentre as diretrizes para sua elaboração e implementação, estão:

- promover a identificação e a análise de problemas, conflitos e potencialidades ambientais da unidade de conservação, propondo ações educativas que busquem contribuir para sua gestão;
- priorizar os grupos em situação de vulnerabilidade ambiental, buscando a redução das assimetrias no processo de tomada de decisão;
- apresentar uma intencionalidade pedagógica que esteja baseada na realidade local e integrada à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento socioambiental;
- promover a transversalidade da Educação Ambiental nas ações educativas no

contexto de processos e ações finalísticas do ICMBio.

3.4. Outras ações educativas associadas a processos finalísticos do ICMBio

Além das ações descritas, o ICMBio promove outras atividades educativas associadas a seus processos finalísticos. Aqui merecem destaque: a realização de ações do programa de voluntariado em ações do ICMBio; o programa de monitoramento da biodiversidade; a pesquisa para gestão da biodiversidade, gestão de dados e difusão da informação em biodiversidade; as atividades para prevenção e combate de incêndios; e ainda as ações voltadas para o fortalecimento das cadeias produtivas da produção extrativista e o uso sustentável dos recursos naturais. Abordaremos detalhadamente cada uma delas a seguir.

3.4.1. Realização de ações de capacitação de conselheiros

O conselho da UC é a principal instância de participação social e de envolvimento da sociedade na sua gestão. É um local de promoção do diálogo entre o órgão gestor e os diversos setores usuários do território, com seus diferentes interesses no contexto social, econômico, cultural, político e regional. Nesses espaços se constroem alianças, parcerias, diálogos e consensos e se procede à gestão dos conflitos que envolvem o uso do território e à construção de acordos.

O ICMBio promove processos educativos com o objetivo de qualificar e efetivar a participação social na gestão ambiental das UC. Essas ações são realizadas pela equipe gestora das unidades de conservação, com o envolvimento de parceiros das diferentes esferas – local, regional e nacional. A Coordenação Geral de Gestão Socioambiental, por meio da Divisão de Gestão Participativa (DGPAR), elabora as diretrizes institucionais e dá apoio técnico para a execução das ações. Atualmente, segundo fonte DGPAG em janeiro de 2017, estão em funcionamento nas UC federais 60 conselhos deliberativos e 217 conselhos consultivos.

São promovidos processos educativos em todas as etapas, para a implementação de um conselho participativo, a saber:

Mobilização para criação dos conselhos gestores: momento em que os setores usuários do território da unidade de conservação tomam conhecimento do fórum e de seu papel na gestão. Cada setor e seus representantes comunitários requerem diferentes formas de interação para inserir-se no processo e apropriar-se dele.

Capacitações do conselho: após a criação do conselho e durante todo seu funcionamento, principalmente no início de mandatos, existem processos formativos essenciais para o entendimento desta instância e de como se dá seu funcionamento, visando à qualificação da atuação do conselheiro.

Capacitações específicas: dependendo da composição do conselho, dos setores e dos beneficiários, são necessárias capacitações em diversos temas, de acordo com a necessidade do grupo, visando à qualificação de atuação do fórum.

As capacitações acontecem majoritariamente nas reuniões dos conselhos, mas não se restringem a esses espaços. A demanda por ações de formação e identificação de lideranças é quase contínua, considerando que os conselhos requerem renovação periódica a cada dois anos. Assim, as ações podem ocorrer em diferentes locais e formatos, dependendo da sua intencionalidade, e podem envolver somente os conselheiros (titulares e suplentes) ou também outros membros das comunidades beneficiárias e atores de setores que compõem o território no qual a UC está inserida.

Os processos educativos no ambiente formal dos conselhos visam preparar os conselheiros para discussão qualificada dos mais variados temas que permeiam a gestão da UC. Busca-se promover a isonomia e a equidade de participação intrainstitucional e também entre grupos sociais, visando à igualdade de condições objetivas para participar da criação.

São diversos os conhecimentos necessários para qualificar a atuação dos conselheiros na gestão ambiental pública com comprometimento, empoderamento e criticidade. As demandas são levantadas de acordo com as especificidades do grupo. A avaliação da efetividade dessas capacitações pode ser medida por meio da monitoria do conselho, utilizando indicativos como participação e comprometimento

dos conselheiros, atuação do conselho em defesa da UC na gestão de conflitos, o que pode ser verificado nas atas das reuniões e na execução dos planos de ação.

3.4.2. Programa de voluntariado em ações do ICMBio

O ICMBio possui um programa de voluntariado destinado a todos os cidadãos interessados em contribuir e doar seu tempo para ações voluntárias nas unidades de conservação federais. O objetivo é divulgar a ação do Instituto para o público externo e promover a permeabilidade da gestão participativa em suas diversas atividades finalísticas.

A Coordenação Geral de Gestão Socioambiental, por meio da Divisão de Gestão Participativa – DGPAR –, é responsável pela coordenação nacional do programa, juntamente com outras áreas técnicas do ICMBio, que o executam.

As principais linhas de ação do programa são: manejo para conservação; gestão socioambiental; pesquisa e monitoramento; consolidação territorial; uso público e negócios; proteção ambiental; produção e uso sustentável, além dos departamentos administrativos e de comunicação. Também existe um grupo criado que utiliza a internet para discussão e troca de experiências sobre trabalho voluntário no ICMBio. Os interessados em participar enviam um *e-mail* para [voluntariado@icmbio.gov.br] e solicitam a inclusão no grupo.

Todas as UC, os Centros de Pesquisas e outras unidades organizacionais do ICMBio são potenciais locais de trabalho voluntário. Os voluntários podem exercer atividades pontuais ou mesmo atividades de longa duração. Para cada perfil de atuação do trabalho voluntário existe um modelo de processo educativo mais adequado aplicado pelo ICMBio. Em geral, é feita uma ambientação com o voluntário, ou grupos de voluntários, na unidade em que ele vai desenvolver as atividades. Pretende-se alcançar um processo educativo de “mão dupla”, em que o voluntário também tem a oportunidade de aportar seus conhecimentos e habilidades na área em que é convidado a desenvolver as atividades.

Não existem etapas preestabelecidas de seleção, exceto para os voluntários que irão atuar no manejo integrado do fogo, em que é obrigatória a formação para prevenção e combate aos incêndios florestais, seguindo os padrões de proteção definidos pela área técnica. Ainda não há processo formativo amadurecido e em funcionamento. Portanto, é provável que sejam desenhadas trilhas de formação específicas e estratégias de avaliação e monitoramento dos conhecimentos.

3.4.3. Programa de monitoramento da biodiversidade

A Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade–CGPEQ, por meio da Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade – COMOB, realiza ações educativas dentro do programa de monitoramento da biodiversidade, que tem o objetivo de qualificar pessoas para se tornarem parceiros no levantamento de dados para o monitoramento da biodiversidade.

O programa desenvolve protocolos de monitoramento que são difundidos por meio de treinamentos, como os ciclos de capacitação em monitoramento da biodiversidade, em parceria com a CGGP. Esses Ciclos contemplam práticas educacionais voltadas a um amplo e diverso público (servidores, agentes comunitários, parceiros institucionais e pesquisadores colaboradores), buscando um nivelamento do conhecimento para atuação no monitoramento. A avaliação dos ciclos é realizada por meio de atividades teórico-práticas após a execução de cada etapa do ciclo.

3.4.4. Pesquisa para gestão da biodiversidade

A Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade–CGPEQ, por meio da Coordenação de Apoio à Pesquisa – COAPE, realiza a gestão do conhecimento em biodiversidade, com a publicação de revistas científicas (*Revista Biodiversidade Brasileira*) e a capacitação de recursos humanos para pesquisa em biodiversidade, como o Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC –, cursos e oficinas internas para a formação dos analistas ambientais, a realização de Seminários de Pesquisa e do Encontro Anual de Iniciação Científica.

Suas principais ações de capacitação voltadas aos servidores do ICMBio são cursos e oficinas que acontecem sob demanda. Também há ações voltadas a outros públicos, como o oferecimento de oportunidades de aprendizagem em estágios remunerados e bolsas de iniciação científica do PIBIC e a difusão do conhecimento por meio da publicação de revistas que atingem públicos diversos – estudantes de graduação, parceiros e comunidade científica.

O objetivo desses processos educativos é incentivar e divulgar pesquisas em gestão da biodiversidade, promover a iniciação científica de estudantes de graduação e contribuir para a formação dos analistas em planejamento e execução de pesquisas voltadas à gestão das UC e à conservação da biodiversidade.

Os processos de capacitação realizam as avaliações de reação da CGGP, e os bolsistas PIBIC são avaliados por meio de relatórios (parciais e finais) e apresentação do trabalho final nos Encontros Anuais de Iniciação Científica, promovidos na sede. Também são enviados questionários aos orientadores e aos estudantes, para avaliação do programa.

3.4.5. Gestão de dados e difusão da informação em biodiversidade

A Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade – CGPEQ, por meio da Coordenação de Autorização e Informação Científica e Biodiversidade – COINF, realiza ações educativas, ao fazer a gestão e a difusão da informação e do conhecimento sobre a biodiversidade, por meio da operação do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBio e do Portal da Biodiversidade.

O SISBio é um sistema de atendimento a distância que permite a pesquisadores solicitar autorizações para pesquisa e coleta de material biológico em unidades de conservação federais e cavernas e também enviar os relatórios de suas pesquisas. O Portal da Biodiversidade é uma plataforma virtual interativa para consulta, que integra bases de dados e de informações sobre a biodiversidade brasileira. A base de dados do SISBio é uma das fontes que alimenta o Portal da Biodiversidade.

O registro e o gerenciamento dos dados sobre biodiversidade têm a finalidade de contribuir para os processos de tomada de decisão e de elaboração de políticas ambientais, e de gerar informações científicas de qualidade para divulgação a um amplo público: comunidade científica, estudantes, servidores do ICMBio e sociedade em geral. Esses dados, obtidos a partir de pesquisas científicas, são fundamentais para subsidiar a criação de novas Unidades de Conservação federais, a estratégia de conservação de espécies ameaçadas, as escolhas mais eficientes de manejo e ordenamento dos recursos naturais e a gestão de conflitos.

As atividades possuem diferentes metodologias de aplicação. Por exemplo: o Portal da Biodiversidade apresenta um processo de aprendizagem individual e unilateral, já que não possui moderador entre a ferramenta e o usuário. O SISBio mantém uma comunidade virtual de aprendizagem para suprir as necessidades de aprendizagem dos operadores do sistema e promover melhorias.

3.4.6. Atividades para prevenção e combate de incêndios

A Coordenação Geral de Proteção – CGPRO –, por meio da Coordenação de Emergências Ambientais – COEM – realiza ações educativas para prevenção e/ou combate de incêndios nas unidades de conservação. O Curso de Formação de Brigadistas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais é a sua ação educativa central, pois, por meio dele, recrutam-se servidores temporários que, entre outras funções, apoiarão também em campanhas educativas de sensibilização contra incêndios. Os cursos de formação de brigadas são direcionados para as comunidades direta e indiretamente vinculadas às UC e funcionam como um processo seletivo para contratação temporária. Os contratados atuam em atividades de prevenção e combate a incêndios florestais, e dão apoio a outras atividades, como manutenção de acessos, equipamentos e infraestrutura.

O combate a incêndios requer pessoas com bom condicionamento físico e habilidades específicas; por isso, antes da realização do curso, é feita uma pré-seleção de candidatos, com caráter eliminatório, por meio de Testes de Aptidão Física (TAF) e Teste de Habilidade no Uso de Ferramentas Agrícolas (THUFA). Essa ação geralmente é coordenada por um servidor responsável pelas ações de

prevenção e combate a incêndio na Unidade de Conservação (Gerente do Fogo) e por demais membros da equipe gestora da unidade. Em alguns casos, o instrutor que ministrará o curso apoia também nessa fase.

Após a pré-seleção os candidatos participam de um curso presencial com carga horária de 50 horas, dividido em aulas teórico-expositivas, e práticas com uso de ferramentas e equipamentos, simulando situações reais de incêndio em áreas no interior e no entorno da UC. Instrutores capacitados e portariados no ICMBio, especialistas no tema, são os responsáveis pela condução do curso.

O objetivo do curso é desenvolver competências como disciplina, preparo físico, habilidades em sensibilização ambiental, manutenção de equipamentos (ferramentas agrícolas e de combate a incêndio florestal) e conhecimentos técnicos, como arquitetura do incêndio, comportamento do fogo, sistema de comando de incidentes, sistemas de monitoramento e detecção, combate, ecologia do fogo (impactos sociais-ambientais-econômicos negativos e positivos do fogo).

São utilizadas duas formas de avaliação: uma é prática, em que os instrutores avaliam o comportamento dos participantes no grupo e as atividades desenvolvidas, em alguns casos, com dinâmicas de grupo; a segunda é uma prova teórica. Os candidatos com melhores colocações, que se mostrarem mais aptos para a atividade, são então contratados de acordo com a quantidade de vagas disponíveis.

3.4.7. Fortalecimento das cadeias produtivas da produção extrativista e uso sustentável dos recursos naturais

A Coordenação Geral de Populações Tradicionais – CGPT, por meio da Coordenação de Produção e Uso Sustentável – COPROD realiza ações educativas em populações tradicionais que vivem dentro das UC federais, visando atender a demandas por capacitação e assessoria técnica para o fortalecimento da comercialização de produtos florestais oriundos de empreendimentos comunitários. Essas ações têm o objetivo de estabelecer estratégias promissoras de produção extrativista e uso sustentável dos recursos naturais, para promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida dessas populações.

Para isso implementam ações para o fortalecimento das cadeias produtivas, como: realização de diagnósticos socioprodutivos, ações de capacitação com transferência de tecnologia, assistência técnica e apoio à organização produtiva das comunidades, intercâmbios, articulação de parcerias, entre outras.

Os cursos e as assessorias técnicas são realizados pelo próprio ICMBio ou por meio de parcerias com entes públicos e privados. O INCRA, por exemplo, desenvolve de ações conjuntas com o ICMBio, oferecendo acompanhamento de assessoria técnica voltada a qualificar a produção extrativista. Outros parceiros comuns são MMA, MDS, MDA, MPA, Universidade Federal de Viçosa, Serviço Florestal Brasileiro – SFB – e outros. O envolvimento desses parceiros pode se dar pela execução das ações ou pela transferência de recursos.

São realizados diferentes tipos de eventos, como reuniões, oficinas e cursos de capacitação, que têm focado no aprimoramento técnico e gerencial dos processos produtivos e sociais. E podem envolver atividades teóricas e/ou práticas e ocorrer dentro das comunidades ou em outros locais apropriados. Seu público prioritário são as populações tradicionais beneficiárias, mas também pode incluir gestores das UC e instituições parceiras que atuam no apoio à produção, ao beneficiamento, à certificação e à comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.

Alguns exemplos de ações educativas que vêm sendo desenvolvidas com essas populações tradicionais envolvem a capacitação e o fortalecimento da organização social das populações tradicionais; oficinas de mobilização e construção participativa de regras de uso e manejo de recursos naturais; cursos em elaboração de planos de manejo florestais em bases sustentáveis e comunitárias; cursos sobre manejo sustentável de recursos pesqueiro e da fauna, para consumo e comercialização, e produção de informação e materiais de orientação para acesso às políticas públicas.

4.DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS AÇÕES FORMATIVAS DO ICMBIO

Os processos educativos que ocorrem no ICMBio, além da possibilidade de implementação da missão institucional, reafirmam a concepção de sociedade que queremos construir. Por meio deles colocamos em diálogo diversos saberes e nos reelaboramos perante as relações que se estabelecem entre o meio ambiente, a sociedade, a política, a educação, a conservação da biodiversidade e outros importantes temas. Também contribuímos para a consolidação da identidade institucional do ICMBio, por meio da construção e da renovação de valores, conhecimentos, habilidades e atitudes.

O grande desafio é conseguir que esses processos formativos realmente possam promover sustentabilidade e contribuir para melhorar o modo de viver das pessoas nos diversos locais onde o ICMBio atua. Para isso é oportuno fazer com que todas as suas unidades se configurem como espaços mobilizadores de transformações sociais e ambientais e lugares de valorização e reinvenção da vida. É também muito importante que esses espaços adotem soluções de promoção para o acesso às pessoas com deficiência, promovendo a inclusão, como o faz a Lei n.º 13.146/15 (BRASIL, 2015), e a garantia a todos do direito à Educação Ambiental. Desse modo, o ICMBio também fortalece o cumprimento de sua função de Estado, promovendo justiça ambiental, cidadania, democracia, inclusão social e qualidade de vida.

Para que nossos processos educativos sejam cada vez mais significativos, também é fundamental que todos, servidores e setores do ICMBio, se apropriem deste PPP e se reconheçam como parte integrante dele. Ao explicitarmos aqui os princípios políticos e filosóficos almejados para os nossos processos formativos, reafirmamos a missão do ICMBio e desejamos tomar consciência e publicizar as opções que sustentam a intencionalidade educativa do nosso trabalho.

Devemos reconhecer o PPP como um documento dinâmico e uma oportunidade de reflexão e reinvenção da nossa ação. Ele tem o potencial de impulsionar um processo de mudança permanente e continuada da cultura organizacional, que merece atenção e cuidado em sua constante atualização, para que seja o espelho de um processo “vivo” e adaptativo. Os recursos da

educomunicação e os espaços dos CFI podem ser grandes aliados para sua capilarização e para a apropriação por parte de todos.

Na construção desta primeira versão do PPP, no exercício de mapeamento e detalhamento das ações formativas que realizamos, algumas demandas já se evidenciam, a saber:

- Alinhamento dos processos de capacitação para desenvolvimento de competências com critérios de progressão na carreira e no provimento de cargos. Essa demanda sugere a elaboração de estrutura e movimentação nas trilhas de carreira e aprendizagem, sem ferir o princípio de trilhas de aprendizagem, e a potencialidade do amplo cardápio de aprendizagem.

- Capilarização territorial do ICMBio e otimização dos recursos de capacitação. Aqui a potencialidade do uso da tecnologia de ensino a distância (videoconferências) e EaD ganham força. Contudo, há de se considerar a existência de perfis que não se adaptam à estratégia e inviabilizam a ocorrência de outras trocas. O mesmo se dá com eventos regionais e outros, que congregam todos os servidores em um local. Assim, há necessidade de equalizar essa balança recursos x benefícios de eventos presenciais.

- Reafirmação da avaliação das capacitações como processo contínuo para o replanejamento das ações educativas e para o aprimoramento das ações de capacitação cada vez mais alinhadas com o cumprimento da missão e com os objetivos institucionais.

- Reconhecimento e fortalecimento do ICMBio como gestor e produtor legítimo de conhecimento, e consequente adoção de ferramentas de apoio à pesquisa e à interlocução com órgãos vinculados à Ciência, à Tecnologia e à Inovação.

- Fortalecimento da ACADEBio por meio de uma série de ações que visam ao credenciamento junto ao MEC para oferta de cursos de Pós-Graduação.

- Desenvolvimento de mecanismos de sustentabilidade financeira para ACADEBio.

- Avanço na integração da gestão da ACADEBio com a FLONA Ipanema, evidenciando o papel dessa UC como unidade escola.

- Ampliação do atendimento da ACADEBio para o SNUC e Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.
- Alinhamento e intercâmbio de ações de capacitação para gestão de áreas protegidas na América Latina e nos países africanos de língua portuguesa.
- Ampliação do trabalho em rede com outras instituições educadoras.

Vale aqui destacar o papel que o ICMBio vem assumindo perante outras instituições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, pertencentes ao Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, ao incluir agentes dessas instituições em ações de capacitação, tanto no âmbito da educação corporativa, como nas ações de Educação Ambiental nos territórios.

A experiência consolidada que o ICMBio possui em processos de capacitação faz com que tenha um grande potencial para contribuir de forma mais ampla e significativa para esses sistemas, com a difusão de conhecimentos e de articulação. Para que essas ações sejam organizadas de forma sistemática e sejam fortalecidas, é necessário que essa atuação seja reconhecida e incorporada como uma diretriz institucional. As escolas de governo têm essa função, e a ACADEBio pode estar à frente disso, oferecendo, inclusive, cursos com certificação de pós-graduação.

Como parte integrante de uma política de formação no campo socioambiental, o ICMBio, juntamente com os diversos órgãos que gerem o meio ambiente, em diferentes escalas, tem à disposição enorme potencialidade para superar diversos desafios que se apresentam na área socioambiental, de forma que seja possível pensar e repensar estratégias de ação conjuntas. Para isso, é também fundamental que se busque o diálogo e o alinhamento entre o PPP do ICMBio e os PPP que venham a ser construídos por esses órgãos (como o PPP do MMA e o PPPEA de algumas Unidades de Conservação, que já estão em andamento) para que essa ação articulada se consolide.

5. PLANO DE AÇÕES E MONITORAMENTO DO PPP

Como uma construção coletiva, entendemos que o PPP se aperfeiçoa e se concretiza no decorrer de sua implementação. Temos à frente o desafio de alinhar as ações educativas dos diferentes setores e processos da instituição, para que busquem as concepções e os princípios contidos neste documento, a fim de consolidarmos uma cultura organizacional mais sinérgica e integrada.

A operacionalização do PPP acontecerá por meio da execução de uma série de ações institucionais e por meio da definição e da implantação de projetos específicos e estratégicos, a serem coordenados e executados por diferentes unidades organizacionais do ICMBio. Assim, a soma do monitoramento de cada um desses planejamentos resultará no monitoramento do PPP.

O monitoramento será realizado a partir de avaliações periódicas do processo vivido. Por isso é importante que, a cada período, se realizem avaliações da implementação do PPP. Algumas questões podem orientar esta análise, como, por exemplo:

- Foi realizado um planejamento detalhado das ações, considerando objetivo, justificativa, cronograma de execução, riscos, equipe envolvida?
- Foram executadas todas as ações concretas propostas?
- Os resultados estavam de acordo com os critérios de qualidade preestabelecidos?
- Foi preciso fazer alterações nos produtos esperados? As decisões foram documentadas?
 - Os prazos e os custos foram alterados?
 - As premissas para esta ação continuam as mesmas?
 - Os riscos para o alcance dos objetivos continuam os mesmos?
 - As atividades permanentes foram realizadas de forma a atender às necessidades dos diferentes grupos?
- As linhas de ação ajudaram na caminhada? Até que ponto foram vivenciadas?
- As determinações foram cumpridas? Ajudaram a construir uma prática transformadora?

- Esta ação ainda é importante para a instituição, considerando mudanças de contexto?

Para viabilizar o plano de monitoramento do PPP, propomos uma estratégia similar à proposta do PPP do MMA apresentada no Encontro de Educadores (BRASIL, 2014a), por meio do uso de um “painel de controle”, no qual indicaremos quais ações serão monitoradas, qual o escopo de cada ação e seus possíveis indicadores. Os indicadores reais devem surgir do planejamento detalhado de cada ação. Nesse sentido, o próprio painel de controle deve ser dinâmico, pois o escopo e o objetivo das ações também podem ser alterados com o tempo, devido a mudanças de contexto ou a novas diretrizes institucionais. Essa tarefa será de responsabilidade de uma equipe de gerenciamento do PPP, que deverá ser instituída no processo de implementação do documento. O Comitê Gestor de Capacitação, por exemplo, poderá assumir esse papel.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. **O princípio da cooperação**: em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulus, 2002.

ADAMS, W. M.; HUTTON, J. People, parks and poverty: Political ecology and biodiversity conservation. *Conservation and Society*, v. 5, n. 2, p. 147-183, 2007.

AFONSO, A. J. Sociologia da Educação não escolar: reatualizar um objeto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, J.; STOER, S. R. (Org.). **A Sociologia na escola**: professores, educação e desenvolvimento. Porto: Afrontamento, 1992.

ARAÚJO, C. F. Concepções de Educação Ambiental e a Lei 9.979/99. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CURRÍCULO, 13., e SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, CULTURA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: Internacionalização e Políticas de Avaliação da Pós-Graduação em Educação, 2., 2011, Universidade Federal do Pará/Instituto de Ciências da Educação/ Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém-PA.

BARBOSA, J. G. **Multirreferencialidade nas ciências e na Educação**. São Carlos: EDUFSCar, 1998.

BARRETTO FILHO, H. T. **Da nação ao planeta através da natureza**: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. 2001. 536 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BERNARD, E.; PENNA, L. A. O.; ARAÚJO, E. Downgrading, downsizing, degazettement, and reclassification of protected areas in Brazil. **Conservation Biology**, n. 28, p. 939-950, 2014. doi:10.1111/cobi.12298.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000.

CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília: EdUnB, 1981.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIEGUES, A. C. **Populações tradicionais em unidades de conservação**: o mito moderno da natureza intocada. São Paulo: CEMAR; USP; NUPAUB, 1993.

DUDLEY, N. et al. **Towards effective protected areas systems**: an action guide to implement the Convention on Biological Diversity *Programme of Work on Protected Areas*. Montreal: Secretariat of the Convention on Biological Diversity, 2005. (Technical Series, 18).

EBOLI, M. O papel das lideranças no êxito de um sistema de educação corporativa. **Revista de Administração de Empresas – RAE** – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 118-122, out./dez. 2005.

FONTANA, A. et al. Promoção da participação social na gestão ambiental pública: a formação de gestores ambientais no ICMBIO. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL – SAPI – 7., e ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL – ELAPIS – 2., 2015, Florianópolis, SC.

FRANCO, J. L. A. Natureza no Brasil: ideias, políticas, fronteiras (1930-1992). In: SILVA, L. S. D. da (Org.). **Relações cidade-campo**: fronteiras. Goiânia: Editora UFG, 2000. p. 71-111.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil**: anos 1920-1940. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

FRANCO, J. L. A.; SCHITTINI, G. M. História das áreas protegidas: objetivos e justificativas para proteção da natureza. In: GARANDA, G. A. (Org.); CARVALHO, E. R. (Coord.). **Rios e cidades** – olhares da história e meio ambiente. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2010. p. 203-227.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

FURTER, P. **Educação permanente e desenvolvimento cultural**. Trad. Teresa de Araújo Pena. Petrópolis: Vozes, 1974. 224p.

GOHN, M. G. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2005.

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. Z. R. Rio+20 ou Rio-20?: Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente e Sociedade** – ANPPAS, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 19-39, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?cript=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 jul. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2012000300003>

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MASCIA, M. B. et al. Protected area downgrading, downsizing, and degazettement (PADDD) in Africa, Asia, and Latin America and the Caribbean, 1900–2010. **Biological Conservation**, n. 169, p. 355-361, 2014.

MASCIA, M. B.; PAILLER, S. Protected area downgrading, downsizing, and degazettement (PADDD) and its conservation implications. **Conservation Letters**, n. 4, p. 9-20, 2011. doi: [10.1111/j.1755-263X.2010.00147](https://doi.org/10.1111/j.1755-263X.2010.00147).

MATAREZI, J. Estruturas e espaços educadores: quando estruturas e espaços se tornam educadores. In: FERRARO, L. A. (Org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 161-173.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MILLER, K. R. Evolução do conceito de áreas de proteção — oportunidades para o século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., Curitiba. Curitiba: IAP: **Anais do I UNILIVRE**: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997. v. 1, p. 3-21.

PÁDUA, J. A. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (Org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987. p. 11-62.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítico no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PARANHOS FALEIRO, R. **Unidade de conservação versus terra indígena, um Estado em conflito**: estudo da influência da pessoa na gestão pública. 2005, 150f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

PARK, M. B. **Palavras-chave em educação não-formal**. Campinas: Setembro, 2007.

PÉREZ, V.; VENTOSA, J. **Intervención socioeducativa**. Madri: CCS, 1999.

PINTO, Á. V. **Sete lições sobre Educação de Adultos**. São Paulo: Cortez, 2007.

QUINTÃO, A. T. B. Evolução do conceito de parques nacionais em relação com o processo de desenvolvimento. **Brasil Florestal**, Brasília, n. 54, p.13-28, 1983.

RAYMUNDO, M. H. A. et al. Projeto político-pedagógico como estratégia para inclusão da Educação Ambiental nas políticas públicas brasileiras. **Revista Científica Galego-Lusófona de Educación Ambiental**, v. 2, n. 20, p. 151-165, 2015.

SAISSE, M.; LOUREIRO, C. F. B. **Histórico da Educação Ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública**: um panorama desde a SEMMA ao ICMBIO. Disponível em: <http://www.nuredam.com.br/index.php/divulgacoes/%20%0dpublicacoes/artigos/393-historico-da-educacao-ambiental-no-ambito-federal-da-gestao-ambiental-publica-um-panorama-desde-a-sema-ao-icmbio> Acesso em: 22 jul. 2017.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005. 303 p.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, R. B. A. da et al. ACADEBIO: uma inovação para conservação da biodiversidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CBUC, 8., 21 a 25 de setembro de 2015. Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, PR, 2015.

TARAPANOFF, K. Inteligência social e inteligência competitiva. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp., 1. sem. 2004.

TAVARES, C. de A. **Educação corporativa e serviço público**: a ENAP em perspectiva. 2003. Monografia apresentada para a Escola Nacional de Administração Pública. Repositório Institucional – Escola Nacional de Administração Pública. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2227> Acesso em: 30 jul. 2017.

ZANONI, M.; RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: imperativos para a pesquisa e a formação: reflexões em torno doutorado da UFPR. **Cadernos de Desenvolvimento** – UFPR/Grid, Curitiba, n. 1, p.143-165, 1994.

UNEP-WCMC and IUCN. **Protected Planet Report 2016**. UNEP-WCMC and IUCN: Cambridge UK and Gland, Switzerland, 2016.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. **Código Florestal**. Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm. Acesso em: 03 maio 2012.

BRASIL. **Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm. Acesso em: 03 maio 2012.

BRASIL. **Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em: 03 maio 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL. **Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei n.º 9.795/1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 27 de abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 03 maio 2012.

BRASIL. **Lei n.º 10.410, de 11 de janeiro de 2002**. Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10410.htm. Acesso em 16 jul. 2010.

BRASIL. **Decreto n.º 5.707, de 23 de fevereiro de 2006**. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm. Acesso em: 03 maio 2012.

BRASIL. **Decreto n.º 5.758, de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-006/2006/Decreto/D5758.htm. Acesso em: 03 maio 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. **ProFEA – Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais**: por um Brasil educado e educando ambientalmente para sustentabilidade. Brasília: MMA, 2006c. (Série Documentos Técnicos, 8).

BRASIL. **Lei n.º 11.516, de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei n.º 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm Acesso em: 03 maio 2012.

BRASIL. **Decreton.º 7.515, de 08 de julho de 2011**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e altera o Decreto n.º 3.607, de 21 de setembro de 2000, que dispõe sobre a implementação da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1028322/decreto-7515-11>. Acesso em: 03 maio 2012.

BRASIL. **Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 25 de maio de 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório da Auditoria Operacional**. Governança das Unidades de Conservação do Bioma Amazônia. Brasília, 20 de novembro de 2013a.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto n.º 8.099, de 4 de setembro de 2013. Dispõe sobre a transferência de centros especializados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e remaneja os cargos em comissão. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 5 de setembro de 2013b, página 7. (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2013/decreto-8099-4-setembro-2013-777003-norma-pe.html> Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Relatório do Encontro de Educadores do Ministério do Meio Ambiente e Entidades Vinculadas**, 19 a 21 de novembro de 2014, Brasília/DF, 2014a. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Relat%C3%B3rio_do_Encontro_de_Educadores.pdf. Acesso em: julho de 2016.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Marco de referência em Educação Popular para as políticas públicas**. Brasília - DF, 2014b.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de julho de 2015.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO. **Portal**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/servicos/geoprocessamento/51-menu-servicos/4004-downloads-mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-uc-s.html> Acesso em: 03 dez. 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. **Plano de Manejo**. Parque Nacional da Tijuca. Brasília, 2008a.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Portaria Normativa n.º 106, de 30 de dezembro de 2008**, que institui a Política de Desenvolvimento de Pessoas. 2008b. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cggp/paginas/gestao/arquivos/PORTARIA_NORMATIVA_No_106_DE_30_DE_DEZEMBRO_DE_2008.pdf Acesso em: 20 jul. 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Portaria n.º 78, de 3 de setembro de 2009**, que cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Portaria n.º 111, de 04 de março de 2010**, que cria o Comitê Gestor de Capacitação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. 2010a.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Portaria n.º 340, de 8 de julho de 2010**, que designa os servidores constantes do Anexo I para comporem o Quadro de Instrutores do ICMBio e atuarem nas atividades de formação. 2010b.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Portaria n.º 139, de 03 de janeiro de 2013**, que institui as siglas dos órgãos e unidades do Instituto Chico Mendes e autoriza o estabelecimento de áreas temáticas específicas de trabalho. 2013. Disponível em:

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/2013/Port_139.pdf Acesso em: 17 jul. 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Portaria Normativa n.º 09, de 12 de fevereiro de 2014**, que dispõe sobre as atividades de formação, bem como as normas e procedimentos para pagamento de gratificação por encargo de curso, no âmbito do ICMBio. 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Portaria n.º 16, de 02 de março de 2015**, que dispõe sobre a atualização da denominação, da localização e das atribuições dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação no âmbito do ICMBIO e dá outras providências. Disponível em:

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/documentos/portaria_16_de_02_de_marco_de_2015.pdf Acesso em: 25 jul.2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. **Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação** – ENCEA. 2008.